



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Direcção Geral do Planeamento

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (ENRP II)

2012-2013



MARÇO
DE 2015

Índice de tabelas	1
Índice de figuras	2
Índice de gráfico.....	3
Acrónimos.....	4
Resumo executivo	6
Introdução	7
I. Contexto macroeconómico (2012-2013).....	8
II. Análise da Implementação Física da ENRP II por eixos	10
II.1 - Eixo I - Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação... 10	
II.1.2. Constrangimentos	15
II.1.3. Conclusões e recomendações do Eixo I.....	16
II.2. Eixo II - Promoção de um crescimento económico sustentável e integrado.....	17
II.2.2. Constrangimentos	32
II.2.3 Conclusões e Recomendações do Eixo II	32
II.3. Eixo III - Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos. 33	
II.3.2 Constrangimentos	43
II.3.3 Conclusões e Recomendações:	43
II. 4. Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social.....	45
II.4.2-Constrangimentos do Eixo IV	50
II.4.3. Conclusões e Recomendações do Eixo IV.....	50
III. Análise de execução financeira	51
IV.Mecanismo de implementação Seguimento e avaliação da ENRP	53
IV.1. - Constrangimentos.....	54
IV.2. Relativas a Mecanismo de Seguimento e Avaliação	54
V. Conclusões e Recomendações Gerais	55
VI. Anexos:	55
VI.1. Anexo I. Evolução dos Indicadores da ENRP II.....	56
VI.2. Anexo II: Evolução da Matriz de medidas	70

Tabela nº 1	Principais Indicadores Macroeconómicos	8
Tabela nº 2:	Fileiras de exportação no quadro do PAPAFPA.....	19
Tabela nº 3:	Evolução dos efectivos pecuários nacionais e da produção interna de carne (2005-2013).....	21
Tabela nº 4	Fileira de peixe no quadro do PAPAFPA.....	23
Tabela nº 5	Evolução de entrada de turistas e excursionistas 2002-2013.....	28
Tabela nº 6	Nº de trabalhadores afectados ao GIME.....	31
Tabela nº7	Indicadores de resultado da 2ªfase do Projecto Escola +.....	35
Tabela nº 8	Indicadores de resultado do Projecto Saúde para Todos.....	36
Tabela nº 9	Nº de alunos beneficiários de bolsa de estudo no exterior - 2012-2013....	36
Tabela nº10	Principais realizações no âmbito da ONG IMVF.....	40
Tabela nº 11	Principais Indicadores de Resultados das Actividades da Santa Casa de Misericórdia em 2012 e 2013.....	49
Tabela nº 12	Programação /Execução financeira da ENRP II	51
Tabela nº 13	Programação /Execução financeira da ENRP II segundo fonte de financiamento.....	52

ÍNDICE DE FIGURAS	PAG.
Figura 1	Tractor do Centro Pecuário de Nova Olinda21
Figura 2	Sistema de irrigação na comunidade Rio Lima.....25
Figura 3	Sessões de formação prática em Boa esperança.....27
Figura 4	Sessões de formação “Reforço das Capacidades Técnicas em Cooperativismo e Metodologias Participativas”28
Figura 5	Intervenções realizadas pelo GIME.....31
Figura 6	Campanha de sensibilização aos alunos sobre o uso racional de água.....42

	ÍNDICE DE GRÁFICO	PAG.
Gráfico nº 1	Água segundo fonte de captação.....	41
Gráfico nº 2	Acções programadas segundo fonte de financiamento 2012-2013.....	52

ACRÓNIMOS

ADAPPA	Acção para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Protecção do Ambiente
AJUP	Associação dos Jovens para o Progresso
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário
CCIAS	Câmara de Comercio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEPIBA	Cooperativa de Exportação de Pimenta e Baunilha
CMC	Comunicação para Mudança de Comportamento
DEJA	Direcção de Educação para Juventude e Adultos
DPSS	Direcção de Protecção Social e Solidariedade
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
FENAPA	Federação Nacional dos Pequenos Agricultores
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FONG	Federação das ONG
GEF	Global Environment Facility
GMDS	Global Maritime Distress and Safety System
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries Debt Initiative
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IEC	Informação, Educação e Comunicação
IJ	Instituto da Juventude
IMVF	Instituto Marquês de Vale Flor
INPG	Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
MOPIRNMA	Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente
MPF	Ministério de Plano e Finanças
MSAS	Ministério de Saúde e Assuntos e Sociais
NEE	Necessidades Educativas Especiais
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMD	Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não - Governamental
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ORP	Observatório de Redução da Pobreza
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAD II	Programa de Desenvolvimento da Pecuária II
PAP	Programa de Acções Prioritárias
PAPAFPA	Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal
PCI	Património Cultural Imaterial
PDSA	Projecto de Desenvolvimento de Segurança Alimentar
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIP	Programa de Investimento Público
PF	Planeamento Familiar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSMPEPA	Projecto de Segurança no Mar em Pequenas Embarcações de Pesca Artesanal
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar
RAP	Região Autónoma de Príncipe
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RNSTP	Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SINFO	Serviço de Informações
SSR	Saúde Sexual Reprodutiva
TIC	Tecnologia de Informação
TPI	Tratamento Preventivo Intermitente
TVS	Televisão São-tomense
VBG	Violência Baseada no Género
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para População

RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório constitui o primeiro numa série de relatórios de seguimento previstos na ENRP II, com vista a dar a conhecer os esforços anuais feito pelo Governo com o apoio dos Parceiros Técnicos e Financeiros, no combate à pobreza em São Tomé e Príncipe.

A análise do desempenho do Governo em 2012 e 2013, demonstram os progressos realizados, revela os constrangimentos encontrados na implementação e propõe recomendações com vista a melhorar o nível de a implementação da ENRP II.

Assim, no que concerne à análise de programação/ implementação dos quatros eixos da ENRP, verifica-se que embora o PAP estivesse ainda em elaboração, aquando do processo de elaboração do OGE 2012 -2013, houve uma preocupação dos sectores em inscreverem nas propostas orçamentais sectoriais de 2012 e 2013, acções que contribuem de forma directa ou indirecta para redução da pobreza e com aplicação de objectivos e metas previstas na ENRP II. No entanto, constata-se que houve um baixo nível de realizações nos diferentes eixos em relação ao programado, destacando um maior esforço no eixo II e III, que reflectem um maior desempenho do governo.

Analisando as causas do fraco desempenho durante o período é indicado como principais factores os seguintes: i) Instabilidade governativa ii) Recursos financeiros insuficientes, devido a crise financeira internacional que provocou o baixo nível de efectivação dos doadores no financiamento de projectos previstos; iii) Anacronismo das legislações vigentes; iv) recursos humanos capacitados em nº insuficiente; v) A não apropriação da ENRP e o respectivo mecanismo de seguimento e avaliação.

Para colmatar os constrangimentos identificados recomenda-se: i) Inscrever no OGE somente os projectos com garantia de financiamento; ii) Formação e capacitação dos recursos humanos para as diferentes estruturas de planificação seguimento e avaliação a nível Central, Regional e distrital iii) implementação urgente do decreto que cria a direcção geral de planeamento e estabelece o sistema nacional de Planificação; iv) elaboração de um plano de divulgação e disseminação da ENRP e PAP aos sectores e parceiros de desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

1. Com base nos resultados obtidos no Inquérito ao Orçamento Familiar em 2010 e a avaliação da implementação da primeira Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP I) em 2011, o Governo elaborou mediante o processo participativo a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II), com objectivo de redireccionar as intervenções de redução da pobreza.
2. Tendo sido adoptada em Agosto de 2012, pelo Governo, a ENRP II constitui o quadro de referência em matéria de política económica e redução da pobreza, durante o período (2012-2016). Para sua implementação foi elaborado o plano de acções prioritárias (2013-2016), que foi apresentada aos parceiros na reunião de doadores que teve lugar na cidade de S. Tomé de 10 a 11 Julho de 2013, com vista a mobilizar recursos para sua implementação.
3. Na perspectiva de melhorar a eficácia e eficiência das intervenções previstas no PAP foi recomendado reforçar o mecanismo de seguimento e avaliação da ENRP II, a fim de produzir relatórios periódicos com informações sobre o processo de implementação bem como os progressos obtidos, que devem ser largamente difundidos e apoiem no processo de tomada de decisões
4. É nesse contexto que com o apoio financeiro do PNUD foi redigido este relatório que visa dar o ponto de situação da implementação e os progressos das acções implementadas em 2012 e 2013 da ENRP II.
5. A elaboração deste documento teve como base a recolha, análise e compilação dos relatórios sectoriais, ONG, órgão do poder local com responsabilidade na implementação das intervenções, bem como consulta de documentações disponíveis referentes às intervenções nos diferentes eixos
6. Após a elaboração deste relatório, o mesmo foi submetido aos sectores, ONG e poder local para apreciação e recolhidas as contribuições para melhoria do mesmo.
7. O presente relatório está estruturado em várias partes das quais, para além desta introdução, temos:

Parte I – Contexto macroeconómico (2012-2013)

Parte II – Análise da implementação física da ENRP II por eixos

Parte III – Análise da execução financeira

Parte IV – Mecanismo de seguimento e avaliação

Parte V – Conclusões e Recomendações Gerais

Parte VI – Anexos

I. CONTEXTO MACROECONÓMICO (2012-2013)

Apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tem crescido em média cerca de 5% de 2000 a 2010, este crescimento não tem reflectido de forma efectiva, na melhoria das condições de vida da grande maioria população, é o que revela alguns estudos sobre condições de vida da população. De facto, apesar da ligeira melhoria registada na taxa de crescimento da pobreza relativa, que passou de 53,8% da população em 2001 para 49%, em 2010, a pobreza absoluta ainda afecta 66,2%¹ da população, isto é, cerca de 108.000 pessoas vivem com menos de 30.000 dobras por dia, o que é considerado ainda muito elevada, tendo em conta os objectivos definidos na Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Por outro lado, o desemprego afecto 13,6% da população com mais de 15 anos de idade, (sendo 9,3% homens e 19,7% mulheres) e 23% dos jovens entre 15 – 24 anos.

A segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II 2012-2016), definiu o crescimento do PIB à médio prazo, de pelo menos 6 por cento anual, para promover o crescimento sustentado inclusivo e redução da pobreza. Contudo, a actividade económica tem vindo a crescer, em média ao longo dos últimos 3 anos, 2 pontos percentuais abaixo desse valor de referência, o que leva a conjecturar, que o governo de São Tomé e Príncipe tem vindo a perder ao longo dos últimos anos, a sua margem fiscal para sustentar planos de despesas sociais direccionados especialmente aos grupos mais vulneráveis a pobreza, o que poderá ter efeitos adversos nos esforços já implementados conducentes a redução da pobreza.

A evolução da actividade económica observada em São Tomé e Príncipe ao longo de 2012 e de 2013 foi afectada pela excessiva exposição da economia nacional a evolução da conjuntura económica internacional e a dependência do recurso externo para o financiamento da actividade económica. De facto, o ritmo de crescimento económico abrandou de 4,9% em 2011 para 4% em 2012 e 2013, este desempenho foi em parte condicionado pela dificuldade das autoridades nacionais na mobilização de financiamento externo, público e privado, para a concretização de projectos de investimentos considerados importantes para o país, numa altura em que foi aprovada a Segunda Estratégia para a Redução da Pobreza, para o período de 2012-2016. Desta feita, os desembolsos de donativos e dos empréstimos ficaram muito aquém do programado. Em consequência as despesas de investimento ficaram muito abaixo do programado, tendo em média, alcançado um nível de execução de 67%.

O défice primário interno, situou-se em 3% do PIB, o principal contributo para esse resultado veio do lado das receitas fiscais, embora a contenção verificada ao nível de algumas das principais classes de despesas correntes tenha sido igualmente decisiva.

¹ IOF, 2001 e 2010

Em 2013, excluindo as dívidas com os fornecedores internos e contratos de assistência técnica no âmbito dos investimentos públicos, a dívida externa pública de São Tomé e Príncipe atingiu USD 228,8 milhões em termos nominais. O peso da dívida aumentou em relação aos USD 110 milhões registados no fim de 2008² embora continue inferior aos USD 359,5 milhões registados no final de 2006, antes do alívio da dívida no âmbito da iniciativa HIPC.

Apesar da elevada vulnerabilidade a flutuações de preços no mercado internacional, a inflação reduziu de forma considerável nos últimos anos. A inflação atingiu em 2012 10,4% e 7,4%, em 2013, sobretudo graças a gestão mais rigorosa da política orçamental e monetária, num contexto de actual regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro.

As reservas internacionais situaram-se em patamares confortáveis, com saldo no final dos anos de 2012 e 2013, acima de 3 meses das importações.

Ao longo dos anos de 2012 e 2013, o défice comercial acusaram reduções, quando comparado com o valor registado em 2011. Pois, este indicador, evoluiu de 42% do PIB em 2011, para uma média 35% em 2012 – 2013. Esta melhoria foi também constatada noutras componentes da balança de pagamentos.

Tabela nº 1 Principais Indicadores Macroeconómicos

		Principais indicadores macroeconomicos					
		2010	2011	2012	2013	2014	
		efectivo	efectivo	efectivo	efectivo	estimado	
Produção e preços							
PIB nominal	mil milhões de dobras	3.719,0	4.376,0	5.021,0	5.732,0	6.524,0	
	milhões de dolares	201,0	248,3	263,3	310,2	359,1	
PIB real	Preço corrente	4,5%	5,0%	4,0%	4,0%	4,5%	
	inflação (IPC)	Tx var. Anual	12,9%	11,9%	10,4%	7,1%	6,4%
		Tx var. Média	5,3%	6,7%	5,4%	3,5%	3,1%
Finanças Públicas							
receitas totais	% PIB	20%	18%	16%	17%	16%	
receitas efectivas	% PIB	39%	36%	29%	29%	19%	
receitas correntes	% PIB	19%	18%	15%	17%	16%	
donativos	% PIB	20%	18%	14%	12%	4%	
Despesas totais	% PIB	23%	21%	19%	20%	19%	
despesas efectivas	% PIB	50%	47%	44%	31%	26%	
despesas correntes	% PIB	21%	18%	17%	17%	18%	
despesas de investimento	% PIB	29%	30%	27%	14%	8%	
defice primário interno	% PIB	4,1%	3,0%	3,3%	3,1%	3,5%	
Balança de pagamentos							
balança comercial							
exportações	taxa var. anual	17,7%	-13,6%	9,2%	14,0%	50,1%	
importações	taxa var. anual	24,1%	13,3%	15,3%	3,4%	11,6%	
reservas internacionais liq	meses de importação:	4,5%	4,6%	4,8%	5,5%	5,5%	

Fontes: BCSTP, Direção Orçamento

² Após o alívio da dívida

II. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA DA ENRP II POR EIXOS

II.1 - EIXO I - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E REFORÇO DA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO

A ENRP II elegeu a reforma das instituições públicas e reforço de uma política de boa governação como uma das condições essenciais para a redução da pobreza absoluta. Assim para este eixo, foram definidas para o quinquénio (2012-2016) 4 objectivos estratégicos: i) Adequar e modernizar o aparelho de estado às necessidades e aos recursos do país; ii) Promover o envolvimento participativo do sector privado e da sociedade civil na concepção e execução de medidas de combate a pobreza; iii) Garantir a eficiência e a qualidade na prestação de serviços da Administração Pública; iv) Renovar o quadro de diálogo e concertação com os parceiros de desenvolvimento com base na Declaração de Paris.

Esses objectivos serão alcançados mediante a realização de programas que concorrem para: 1) consolidação da autoridade de Estado e reforço de boa Governação 2) Promoção de uma gestão responsável e transparente das finanças públicas, 3) Promoção do acesso a informação e da participação cidadã.

No que concerne às realizações durante 2012 e 2013, o programa de medidas (em anexo nº 2) reflecte o nível de realização das medidas, no entanto em termos de acções desenvolvidas por programas, o esforço do Estado centrou-se em:

A- No âmbito da **Consolidação da autoridade de Estado e reforço da boa Governação**, foram previstos os seguintes programas:

- i) Reestruturação do estado e da administração pública;
- ii) Programa de governação local;
- iii) Programa de promoção da defesa nacional
- iv) Programa de controlo marítimo;
- v) Programa de garantia da segurança pública

- **Programa de Reestruturação do Estado e da Administração pública**

No domínio deste programa esta em curso a actualização dos Estatuto da Função Pública e revisto e aprovado a lei sobre a responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos. Um novo aplicativo informático para a gestão dos recursos humanos da função pública foi concluído, o que irá contribuir para uma melhor gestão dos servidores do Estado. Foi reforçada a capacidade institucional da Assembleia

Nacional com vista a melhorar o desempenho desta Instituição, e houve a participação dos deputados em seminários internos e no exterior de formação e informação sobre diversos temas de actualidade.

- **Programa de Governação Local**

No âmbito deste programa destacam-se as seguintes realizações: capacitação e formação dos autarcas e funcionários camarários visando a implementação e desenvolvimento de uma administração moderna e eficaz.

- **Programa de Promoção da Defesa Nacional**

Concernente a este programa, apesar das dificuldades financeiras, algumas acções foram desenvolvidas, com destaque para aquisição de fardamentos e equipamentos, formação Capacitação e reforço de capacidades das instituições de Defesa. Estas acções visaram melhorar a capacidade de intervenção das Forças Armadas Nacionais nas possíveis missões manutenção da paz no continente e no combate de diversos tipos de criminalidade organizada, nomeadamente, o tráfico de droga, de seres humanos, imigração ilegal e tráfico de armas...etc.

- **Programa de Controlo Marítimo**

No domínio de programa acima referido, com apoio do governo nigeriano procedeu-se à aquisição e instalação de equipamentos de assinalamento marítimo. Foram realizadas também, outras acções, como, a aquisição de meios e equipamentos no âmbito da segurança marítima, para busca e salvamento em caso de acidentes e incidentes no mar, (rede de comunicação do tipo GMDS - Global Maritime Distress and Safety System),e formação dos quadros deste sector.

- **Programa de Garantia da Segurança Pública**

Relativamente a este programa, com vista a reforçar a capacidade de intervenção no domínio de manutenção da segurança dos cidadãos e dos seus bens e garantir a paz e tranquilidade dos cidadãos foram adquiridos equipamentos e fardamentos. Visando combater o crime organizado e o tráfico de estupefacientes, deu-se inicio ao projecto de policiamento de proximidade. Na perspectiva de proporcionar melhores condições de trabalho e de instalação aos polícias, teve início as obras de reabilitação do edifício do Comando Distrital Lembá, e da Região Autónoma de Príncipe e a conclusão da obra de reabilitação do Comando Distrital de Água Grande.

- **Programa Reforma do Sistema Eleitoral**

No âmbito do programa da Reforma do Sistema Eleitoral procedeu-se à revisão e actualização da lei nº11/90 - Lei Eleitoral e a actualização dos cadernos eleitorais de modo a contribuir para uma eleição justa e transparente. Encontra-se em fase de elaboração a lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

- **Programa de Credibilização e Melhoria da Acessibilidade à Justiça**

No âmbito deste programa, com vista a contribuir para uma justiça mais credível, célere e próxima dos cidadãos, foram realizadas acções de formação e capacitação dos recursos humanos dos tribunais, iniciou-se obras de reabilitação dos tribunais de Lembá e da Região Autónoma de Príncipe; de forma a elevar a eficiência da acção judicial, procedeu-se à instalação de uma Base de Dados Jurídica Legis-Palop, produção e revisão de alguns diplomas legais, nomeadamente: revisão da lei nº 8/99 – lei sobre as prestações de contas; foram adquiridos fardamentos e uniformes para os Serviços Prisionais e de Reinserção Social e equipamentos para PIC. Também tiveram lugar outras acções não menos importante, como apoio a Ordem dos Advogados e ajuda alimentar aos paramilitares.

- **Programa de Capacitação dos Recursos Humanos da Administração**

Relativamente a este programa que visa melhorar a capacidade técnica e profissional dos RH da administração pública; e desta forma melhorar o desempenho da Administração Pública, infelizmente nenhuma acção deste género foi prevista e realizada durante o período em estudo.

B - No âmbito da **Promoção de uma gestão responsável e transparente das finanças públicas**, para dar resposta a esta componente foram definidos os seguintes Programas:

- i) Programa de gestão das finanças públicas
- ii) Programa de melhoria da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento,
- iii) Programa de melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas.

Relativamente às realizações durante o período destacam-se as seguintes acções por programa:

- **Programa de Gestão das Finanças Públicas**

Relativamente à Gestão das Finanças Públicas, foram desenvolvidas as seguintes acções: i) prossecução da reforma da Administração Financeira do Estado, com realce para a efectiva entrada em funcionamento do SAFE-e em Janeiro de 2012; (ii) com vista a reforçar o controlo das despesas, a transparência e prestação de contas, foram elaborados e entregues ao tribunal de contas para apreciação as contas gerais do Estado de 2010 e 2011; (iii) capacitação de técnicos no domínio de contabilidade, orçamento e programação financeira; (iv) com vista a melhorar a programação das despesas e afectação dos recursos do Estado, foram elaborados o Quadro de Despesa Sectorial de Médio Prazo para o sector de Infra-estruturas, Saúde e Educação, Agricultura e Agua e Saneamento; (v) de modo a melhorar a eficiência e eficácia na recolha das receitas, foram reforçados e melhorados os procedimentos e regulamentos dos serviços de cobrança dos impostos o que contribuiu para o aumento significativo de receitas; (vi) visando garantir e assegurar uma correcta política de endividamento público e de gestão da dívida pública, foi elaborado e aprovado a Lei n.º 1/2013, de 17 de Janeiro – Lei-Quadro da Dívida.

- **Programa de Melhoria do Sistema de Informação e Orientação de Políticas Públicas**

No domínio deste programa foram realizadas as seguintes actividades: difusão dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) e realizou-se com sucesso o IV Recenseamento Geral da População e da Habitação (IV RGPH/2012) e com o apoio técnico do AFRISTAT está em curso a actualização do cabaz do IPC e os ponderadores.

C - No âmbito de **Promoção do acesso à informação e da participação cidadã**, para esta componente foram previstos os seguintes programas:

- i) Acessibilidade da tecnologia de informação e comunicação (TIC);
- ii) Promoção de massa médias;
- iii) Promoção de sociedade civil e do seu envolvimento participativo.

- **Programa de Acessibilidade da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)**

No domínio deste programa, que visa potencializar os serviços públicos através do uso das tecnologias de informação e comunicação e democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, deu-se início à II fase da Rede G-Net; Foram instalados dois telecentros comunitários para os jovens e outros interessados nas cidades de Trindade e Santana, sendo um em cada Distrito.

- **Programa de Promoção de Massa Médias**

Relativamente à Promoção de Massa Médias, com vista a melhorar o papel da comunicação social no aprofundamento da democracia e promover o acesso à informação e a participação, foram adquiridos equipamentos para o centro retransmissor de Macambará que permitiram melhorar a cobertura das emissões da TVS para zona sul da ilha de S. Tomé; Apoio ao Centro de jornalistas de STP; Aparelho técnico do auditório da RNSTP e sistema de tradução. Implementação da infra-estrutura informática de RNSTP, aquisição de emissor para Caridade e ilhéu das Rolas e formação dos quadros de Comunicação social.

- **Programa de promoção de sociedade civil e do seu envolvimento participativo**

No que concerne à promoção da sociedade civil na participação, concepção e execução das medidas de política de combate a pobreza e promover uma gestão participativa dos processos, constata-se que tem havido um maior envolvimento das ONG e Associações na implementação de acções de combate à pobreza em vários domínios dos eixos da Estratégia.

Neste sentido, destaca-se o papel das ONG ADAPPA, ALISEI, Zatona ADIL, MARAPA e FENAPA no sector de agricultura, segurança alimentar e meio ambiente; No domínio da saúde temos ONG IMVF, Cruz Vermelha Santomense e ASPAF e no domínio de protecção social temos ARCAR, Santa Casa da Misericórdia e Fundação Novo Futuro.

Na promoção da mulher e luta contra a violência doméstica destacam-se, Fórum da Mulher Santomense; Associação das Mulheres Juristas, etc.

Várias acções são desenvolvidas por estas e outras ONG, com a participação do Estado, por meios próprios ou meios arrecadados por iniciativas próprias junto aos parceiros técnicos financeiros. Os resultados têm sido positivo como se poderá verificar nos diversos eixos deste relatório em que são retratados a contribuição da Sociedade Civil na melhoria das condições de vida da população vulnerável, reflectindo-se nos indicadores de pobreza e nos OMD.

A FONG, através do projecto de Reforço Institucional da FONG-STP e de Recursos de apoio às ONG – fase 2, financiado pela Cooperação Portuguesa e co-financiado pela União Europeia, através do Programa de Reforço dos Actores Descentralizados (PRAD), em 2012, realizou seis formações de capacitação no domínio de *Associativismo e suas componentes, Boa Governação e Transparência, Elaboração e Implementação do Projecto, Gestão e Contabilidade de Projectos, Novo Código de imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e Singulares e Técnicas de Comunicação para as ONG*. Esta formação contou com a participação de 123 participantes sendo 47 mulheres e 76 homens.

No âmbito do mesmo projecto, realizou também actividades de sensibilização através da de difusões mensais e retransmissões quinzenais do programa radiofónico intitulado “*FONG Informa*” que contou com a participação de sete ONG nomeadamente Fundação Novo Futuro, Associação de Jovens para o Progresso (AJUP), Associação dos Deficientes Físicos em São Tomé e Príncipe, Fundação da Criança e Juventude, Associação Cultural Santomense, Instituto Marquês Vale Flor financiado pela Cooperação Portuguesa e Cruz Vermelha. Estas ONG sensibilizaram em diversos temas dentre elas, protecção e bem-estar da criança, pessoas portadoras de deficiência e o impacto da desflorestação.

Por outro lado com objectivo de contribuir para o reforço das iniciativas de desenvolvimento de base local e comunitária e de luta contra a pobreza com o reforço da participação das populações, das suas organizações e da sociedade civil foi realizada uma mesa redonda sobre o papel das Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Públicas.

No que tange a capacitação das organizações da Sociedade Civil e na melhoria da governação interna e no reforço da sua capacidade de intervenção junto das comunidades e dos poderes públicos (local e central), através do Projecto Abordagens sobre a Boa Governação e Transparência, foi realizado formação de formadores em “Boa Governação e Transparência” dirigida aos altos responsáveis das cinco ONG, seminários distritais e regional e uma mesa redonda. Com esta formação as ONG adquiriram competências sobre a boa governação e transparência e ficaram mais preparadas para intervir nessa matéria.

No quadro de capacitação dos quadros dos sindicatos, foram dirigidas formações sobre a liberdade de Associações e da Negociação Colectiva.

A fim de assegurar a participação eficaz das ONG foi previsto a participação das OSC no mecanismo de implementação e seguimento e avaliação da ENRP II, a não apropriação, aprovação e implementação do referido Mecanismo até a data presente, tem dificultado uma maior visibilidade e ampliação desta participação das ONG sobretudo no processo de seguimento e avaliação das Acções da ENRP II.

II.1.2. Constrangimentos

Os sectores elegeram como principais factores que contribuíram para o fraco desempenho na implementação do Eixo I durante o período, os seguintes:

- Insuficiência dos recursos financeiros;
- Falta de garantia de financiamento por parte dos doadores;

- Anacronismo das legislações vigentes;
- Falta de meios humanos capacitados;
- Insuficiência de infra-estruturas capacitadas;
- Falta de materiais, equipamentos qualificados e meios rolantes;
- Falta de dados estatísticos/ e de arquivo dos projectos

II.1.3. Conclusões e recomendações do Eixo I

Constata-se que houve baixo nível de implementação das acções inscritas no eixo 1 da ENRP II particularmente em termos da capacitação dos recursos humanos da administração pública, da promoção e participação da sociedade civil no processo de elaboração de políticas de desenvolvimento e de acções que visam a melhoria da eficácia de APD. Esta situação deveu-se sobretudo a falta de recursos financeiros, crise financeira internacional que teve consequência baixo nível de efetivação dos projectos financiados por parceiros internacionais.

Considerando o período de vigência da estratégia que é de 2012-2016, e visto que o PAP, 2013-2016, não incluiu no seu quadro de programação o ano de 2012, o que demonstra um vazio no primeiro ano da estratégia e ausência de qualquer coerência e articulação com o OGE 2012.

A materialização das acções previstas no PAP e conseqüentemente na ENRP II foi em parte prejudicada pelo facto do OGE 2012 e OGE 2013 terem sido elaborados e aprovados antes da conclusão da ENRP e do PAP, 2013-2016.

Os problemas/constrangimentos que concorreram para fraca apropriação e implementação da primeira estratégia de redução da pobreza, constatado na avaliação realizada em 2010, persistem na 2ª estratégia de redução da pobreza, nomeadamente: a fraca articulação entre estes documentos de planificação e em relação ao OGE, fraca apropriação por parte do governo e responsáveis sectoriais, exiguidade de recursos financeiros e ausência de uma estratégia de marketing para a divulgação da ENRP II.

II.2. EIXO II- PROMOÇÃO DE UM CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO

Este eixo tem como objectivo promover o desenvolvimento do sector primário; travar o êxodo rural e melhorar as condições socioeconómicas das populações do mundo rural; desenvolver infra-estruturas de base de apoio ao desenvolvimento económico; melhorar o ambiente de negócios para atrair o investimento privado e garantir a sustentabilidade ambiental de forma a promover o crescimento económico, melhorar o rendimento das famílias e a redução da pobreza.

Para o cumprimento desses objectivos, foram definidos programas e acções, em quatro vertentes, que serão analisados de acordo as acções e projectos implementados no período 2012-2013.

Assim, passando a análise da implementação de cada uma das vertentes temos:

A- Na vertente do **Desenvolvimento do sector primário** temos os seguintes programas:

- i) Programa de fomento da produção e produtividade das culturas de exportações
- ii) Programa de aumento e melhoria da qualidade de produção animal
- iii) Programa de melhoria da qualidade de produção do pescado
- iv) Programa de promoção de um ambiente saudável e de utilização racional dos recursos naturais
- v) Programa de garantia a segurança alimentar

- **Programa de Fomento da Produção e Produtividade das culturas de exportações**

Este programa tem como objectivo aumentar e diversificar a produção das culturas de exportação.

No que tange a este programa concorre o Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal – PAPAFA. O mesmo desenvolve acções de fomento nas fileiras de cacau biológico, cacau convencional e de qualidade, café biológico e pimenta.

Nas duas fileiras de cacau observou-se uma evolução positiva em termos de volume de produção. Conforme mostra a tabela nº 1, na fileira de cacau biológico registou-se uma produção de 483 toneladas em 2012 e 721 em 2013, e na fileira de convencional a produção variou de 75 para 189, conforme a tabela nº1.

É de realçar que, este aumento de produção, principalmente na fileira de cacau convencional, é fruto de aplicação pelos agricultores de melhores técnicas agrícolas recomendadas nas formações de que foram beneficiados no quadro do programa com a participação das ONG, que resultou na distribuição, pelo programa, de 120 000 novas plantas, poda de 370 hectares de cacauzeiros, tratamento fitossanitário no momento oportuno nas plantações de cacau convencional de qualidade e construção de 7 secadores solares nas comunidades de Claudino Faro, Bernardo Faro, Mato Cana, Ponta das Palmeiras, António Mestre, Pedroma e Guêguê. Foi consumada a validação da Certificação FLO CERT e obtida a certificação biológica do cacau.

Na fileira do café biológico, ao contrário do cacau, registou-se um baixa produção tendo sido apenas 2 toneladas contra as 12 que estavam previstas em 2013. Este resultado produção deveu-se, principalmente a falta de chuvas que pouco se verificou naquele ano (problemas derivados da alteração climática).

Além disso para o desenvolvimento desta fileira foi construído o centro de secagem e estocagem do café, secadores solares e instalado o sistema de adução de água no centro de tratamento húmido e obtido a certificação biológica do café. Nesta fileira todas as 100 pessoas que foram capacitadas em métodos e técnicas de produção adoptaram essas técnicas na sua produção. Entretanto, apesar destas realizações a produção em 2013 foi muito baixa (2 toneladas) contra as 12 toneladas que estavam previstas para o mesmo ano.

No que concerne à fileira da pimenta, a produção ficou comprometida devido a um conjunto de factores que a condicionaram durante o período em estudo, principalmente falta de chuva, ataque de pragas e doenças. E ao nível da CEPIBA, uma proporção significativa da produção vendida no mercado local não foi remetida à cooperativa.

Por outro lado, quando se observa, na tabela, a participação das mulheres nas fileiras analisadas constata – se que PAPAFPA tem desempenhado papel importante na melhoria das condições de vida das famílias e principalmente no empoderamento das mulheres e na redução do índice da pobreza feminina.

No período 2012-2013 aumentou o número de famílias beneficiadas pelo programa passando de 4.697 famílias, equivalente a 23.485 pessoas, contra as 4.460 famílias beneficiadas em 2012, ou seja, 23.000 pessoas.

Fileiras	Comunidades beneficiadas		Famílias beneficiadas		Participação feminina		No de agr. aumento da produção		No de agr. Adop. Técn. recomendadas		Total da produção seca (em toneladas)	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Cacau biológico	34	49	1780	2051	615	689	-	684	-	513	483	721
Cacau de qualidade	17	17	826	845	290	241	100	300	826	700	75	189
Pimenta	26	25	322	245	69	61		0		0		0
Café biológico	7	7	247	247	128	113	-	0	112	100	-	2
Total	-	-	3175	3388	1102	1104	-	984		1213	-	

Fonte: Relatório de execução técnica e financeira do PAPAFA 2012 e 2013

Ainda para o alcance dos objectivos do programa deste eixo, destacam-se as acções da FENAPA, que conta com apoio financeiro do PAPAFA, congrega 12 federações regionais de pequenos agricultores e 3.475 membros e tem como missão congregar e salvaguardar os interesses dos pequenos agricultores do país de forma a melhorar a sua intervenção no sector agrícola.

No quadro das suas realizações nos dois últimos anos, destacam-se: Reforço da capacidade da instalação da organização mediante a construção do primeiro andar do escritório da federação; Criação da Associação das Mulheres Camponesas e a Associação dos Jovens Camponeses, fruto do acordo com o Programa Regional para a África Central -PROPAC para um período 2013-2016; Um Debate na Televisão Santomense (TVS) para se analisar o fenómeno do roubo que constitui uma desmotivação actualmente para os produtores agrícola; Realização de duas feiras agropecuárias uma no dia 30 de Setembro, alusivo ao dia da Nacionalização das Roças e outra no dia 16 de Outubro, Dia Mundial da Alimentação, que foi positiva porque alguns agricultores, como o de tomate e o de banana, conseguiram vender os seus produtos numa época que já começava a haver excedente de produção.

- **Programa de Aumento e Melhoria da Qualidade de Produção Animal**

Este programa tem como objectivo aumentar a produção e a produtividade dos efectivos pecuários e melhorar o acesso das populações à proteína animal.

No que tange ao mesmo foi implementado de 2006 à 2013 o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária (PAD II), co- financiado pelo Governo e Banco Africano do Desenvolvimento, e encontra-se em curso o Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura (2012-2017) financiado pelo Governo Taiwanês, e o PAPAFA (2013-2015) através da fileira de diversificação da cultura víveres.

No quadro do PAD II foram desenvolvidas acções para a melhoria da genética, da alimentação e da saúde dos animais e de acções de acesso ao crédito.

Neste sentido, para melhorar a performance genética das raças locais:

- Foi construído e apetrechado o Centro de inseminação artificial localizado no Centro de Demonstração de Nova Olinda e adquirido produtos de inseminação;
- Foi importado 110 cabeça de gados e distribuído à 26 beneficiários, 100 coelhos e distribuídos à 15 beneficiários e 5000 aves distribuídas a aproximadamente 340 beneficiários, dos quais 70 são mulheres;

Para a alimentação animal e melhoria dos problemas de higiene e manejo foi:

- Feita a formulação e produção dos alimentos com base nos produtos locais; Implementado actividades do programa de investigação adaptativa que incluiu a selecção de comunidades, criadores e aquisição de animais;
- Adquirido equipamentos para 5 unidades de demonstração e produção de alimentos de pecuária (grupo de geradores, incubadoras e moinhos);
- Construído 56 capoeiras, em parceria com a ONG ADAPPA, para os criadores em função das zonas.

Quanto à Saúde animal, com vista a melhorar condições de funcionamento das infra-estruturas de abate, compra e venda de produtos de origem animal e desta forma prevenir a transmissão de doenças de origem animal:

- Requalificou-se e apetrechou-se os postos de venda no mercado Coco-Coco e Municipal;
- Forneceu-se vacinas e medicamentos veterinários (como vacina triple T4 contra a gripe aviária);
- Realizou-se campanhas de vacinação contra doenças de Newcastle, aviária, enterotoxina de disparasitação;
- Realizou-se análise de parasitologia, serologia, microbiologia e autópsia.

Para estimular a produção, foi distribuído aos criadores créditos na modalidade de animais reprodutores importados. Nesta actividade foram beneficiados 337 criadores com 3.375 pintos, 15 criadores com 96 coelhos e 24 criadores com 96 bovinos, sendo 74 bovinos para 17 criadores de São Tomé e 22 bovinos para 7 criadores da Região Autónoma do Príncipe;

Por outro lado, para melhorar a qualidade dos serviços fornecidos ao nível da pecuária, no quadro do PAD II, foi concluído a reabilitação do edifício da Direcção da Pecuária, do edifício de Serviço de Inspecção Veterinária, da pista de matadouro do Príncipe e do matadouros de S. Tomé; adquirido e computadores de mesa e portáteis, retroprojectores,

impressoras e máquinas fotográficas; Foi adquirido também tractores para o Centro de Nova Olinda;



Figura 1: Tractor do Centro Pecuário de Nova Olinda

Fonte: Rapport annuel de Project d'Appui au Developpement de l'elevage (Phase 2) - PADE II, 2012

Foram construídas 18 capoeiras para aves e 2 para coelhos na RAP, 8 capoeiras para aves no distrito de Lembá e 1 na região centro; Dois técnicos foram beneficiados de formação de capacitação dois técnicos em Marrocos e Bélgica no domínio de compatibilidade e gestão financeira e inseminação artificial, respectivamente.

No quadro do PAPAFA, em 2013 através da fileira de diversificação das culturas viveres, foram construídas 10 capoeiras para os criadores na comunidade de S. José, adquiriu-se e distribuiu-se 70 galinhas para a mesma comunidade, e melhorou-se 15 instalações para leitões.

No que concerne a evolução dos efectivos pecuários nacionais e da produção interna de carne, com base nos dados fornecidos pela Direcção de Pecuária constatou-se uma evolução positiva dos efectivos (cabeça) no período 2011 a 2012, conforme a tabela nº 3. Entretanto, quando se analisa a produção interna de carne para consumo humano verifica-se uma diminuição na produção que se explica pelo aumento da prática de roubo e abates clandestinos de animais que tem se verificado no país.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Efectivos (Cabeças)									
Bovinos	834	857	867	870	950	884	1.000	1.048	1.158
Caprinos	24.506	25.100	25.477	25.589	25.686	25.758	27.643	27.660	27.680
Ovinos	2.249	2.361	2.442	2.542	2.621	2.418	2.588	2.532	2.589
Suínos	26.452	26.882	26.984	27.379	27.985	24.035	27.657	27.680	28.210
Produção interna de Carne (Toneladas)									
Bovinos	6,2	10,4	6,1	5,9	6,4	6,1	9	9	12
Caprinos	2,1	2,6	4,5	2,7	2,7	2,6	5,9	2,5	4,2
Ovinos	0,41	0,48	1,6	1,1	1,4	1,5	4	2,8	1,2
Suínos	339	315	323,2	225,4	320	347	361	360	115,6

Fonte: Direcção de pecuária

• Programa de Melhoria da Qualidade de Produção do Pescado

O programa acima referido visa aumentar os níveis de pescado, modernizar a frota artesanal e semi-industrial e melhorar a conservação do pescado.

Para realização desse objectivo o esforço do governo é apoiado principalmente nos seguintes projectos nomeadamente Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de

Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA) co-financiado pelo BAD e Governo São-tomense para um período de 4 anos (2011-2015), Projecto de Reforço das Capacidades dos Pescadores e Palaiês financiado pelo Japão, Projecto de Apoio ao Programa de Pesca financiado pela União Europeia, Projecto de Apoio ao Sector Agrícola e Pesca financiado pela Espanha, Projecto de Segurança no Mar em Pequenas Embarcações de Pesca Artesanal (PSMPEPA) e o PAPAFA.

No âmbito do PRIASA, no período em análise foi feita a aquisição de;

- ✓ Pequenos materiais e equipamentos para mercado da cidade de S. Tomé;
- ✓ Caixas isotérmicas e um gerador (20 KVA) para cidade de Neves para melhorar as condições de venda do pescado; Equipamentos e produtos para o Laboratório de Controlo de Qualidade de Produtos de Pesca da Direcção das Pescas;
- ✓ Materiais informáticos, balises e equipamentos de segurança no mar para o Centro de Seguimento, Controlo e Vigilância das Pescas da referida direcção;
- ✓ Equipamentos informáticos para o sector de estatísticas estando em curso o processo de negociação dos contratos para reabilitação e construção dos referidos empreendimentos.

Foi realizado ainda estudos para a reabilitação do mercado de peixe da cidade de São Tomé, Santana, Neves e, também, no mercado de Praia Gâmbua.

Com apoio do PRIASA, 3 técnicos da Direcção das Pescas foram beneficiados de formação de capacitados em Cabo Verde, no domínio de Estatística e Seguimento da Pesca Industrial e Artesanal com a finalidade de melhorar a produção dos dados estatísticos do sector.

Também está em curso, ao nível da Direcção das pescas, projectos financiados por outros parceiros, nomeadamente, Japão, União Europeia e Espanha, como por exemplo Projecto de Reforço das Capacidades dos Pescadores e Palaiês, com objectivo de apoiar pescadores e palaiês de Santa Catarina na captura e conservação do pescado; o Projecto de Apoio ao Programa de Pesca que visa principalmente a aquisição de materiais de pesca, equipamentos de laboratório e equipamentos de VMS e formação; e o Projecto de Apoio ao Sector Agrícola e Pesca criado com objectivo de disponibilizar infra-estruturas de conservação do pescado.

No âmbito do projecto PSMPEPA, que se inscreve no amplo Projecto de Adaptação às Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras beneficiando 23 comunidades piscatórias, sendo 17 na ilha de São Tomé e 6 na ilha do príncipe, foi realizado actividades de sensibilização e uma formação de capacitação para 285 pescadores artesanais das comunidades piscatórias de Santa Catarina, Bengá, Água Tomás, Rosema, Cova Água, Messias Alves, Plano Agua Izé, Ribeira Afonso, Angolares, Praia Pesqueira, Ribeira Peixe e Malanza.

A formação foi ministrada em três módulos designadamente *Noções Básicas sobre Segurança no Mar*, *Noções sobre os primeiros socorros* e *as noções básicas sobre*

manutenção e manuseamento de motores fora de bordo de 4 tempos e 2 tempos. Foram entregues certificados aos participantes acompanhado com alguns equipamentos de segurança no mar tais como: Colete Salva-Vidas, Facho de Mão (Bengalas Luminosas), Capa de Chuva, Estojo de Primeiros-Socorros, Reflectores Radar, GPS e Capas impermeáveis para Telemóveis. Os aparelhos de GPS e capas impermeáveis para os telemóveis em nº insuficiente não beneficiaram todos os formando tendo sido completado a distribuição numa 2ª etapa.

E para avaliar a assimilação dos conteúdos fornecidos e a capacidade de utilização dos equipamentos distribuídos, realizou-se também visitas de intercâmbio entre as comunidades de Santa Catarina e Ribeira Afonso (42 pescadores da comunidade piscatória de Santa Catarina foram recebidos por 28 pescadores da comunidade de Ribeira Afonso) e entre as comunidades dos distritos de Cauê e Lembá (40 pescadores formados nas comunidades piscatórias de Malanza, Praia Pesqueira, Ribeira Peixe e Angolares foram recebidos por 50 pescadores das comunidades piscatória de Água Tomás, Bengá e Rosema).

Ainda através do PSMPEPA foi feito levantamento das redes de voador existente nas comunidades alvo com o objectivo de distribuir as lanternas de sinalização importadas pelo projecto. Com base nesse levantamento, constatou-se que existe 179 redes de voador sendo 112 nas comunidades piscatórias de São Tomé e 67 nas comunidades da ilha do Príncipe.

Relativamente ao PAPAFFA, o mesmo interveio junto à ONG MARAPA na fileira de peixe fresco sob gelo. Nesta fileira, em 2013, foram beneficiados 460 pescadores e 234 palaiês de 16 comunidades piscatórias, conforme a tabela nº 3.

Tabela nº 4: Indicadores da fileira de peixe apoiadas pelo PAPAFFA- 2013	
Comunidades beneficiadas	16
Pescadores engajados (directo)	460
Mulheres beneficiadas (palaiês)	234
Quantité de poisson traité par COPAFRESCO (Kg)	10.600,20
Embarcações instaladas na zona sul de S. Tomé	45
Embarcações instaladas na ilha do Príncipe	15
Motores fora de bordo entregue aos pescadores da zona sul de S. Tomé	45
Motores fora de bordo entregue aos pescadores do Príncipe	15
Canoas Praos construídos	20
Canoas Praos construídos em Angolares	10

Fonte: PAPAFFA,2013

- **Programa de Promoção de um Ambiente Saudável e de Utilização Racional dos Recursos Naturais**

Este programa tem como objectivo reduzir os efeitos das mudanças climáticas, melhorar a gestão dos ecossistemas e diminuir os desperdícios de madeira. Neste contexto, está em curso os seguintes projectos: Projecto de Luta contra o Abate Ilegal de Árvores; Projecto de Abordagem Ecosistémica Integrada para a Conservação da Biodiversidade nas Zonas Tampão dos Parques Naturais de Obô; e Projecto de Adaptação da Mudanças Climáticas nas Zonas costeiras.

No que tange ao projecto de Abate Ilegal de Árvores em 2012, com o objectivo de reduzir o abate indiscriminado e ilegal de arvores, foram apreendidas 34 motosserras não registadas, confiscadas 2900 materiais serrados ilegalmente, legalizado 38 pontos de venda da Direcção do comércio; com objectivo de restituir mudas ou plantinhas produtores de madeira, foram criados vários viveiros no CATAP, em Santa Luzia de Agostinho neto, Maianço, Pinheira e reabilitou o centro de viveiro de Campo de Milho.

No mesmo ano produziu-se 17.107 plantas de diversas espécies, que enquadraram no programa “*Plantar S. Tomé e Príncipe*”, sobretudo de Cedrela, amoreira, Gôgô e Obâ, distribuiu-se 10555 mudas e vendeu-se 1105 mudas, equivalente num espaçamento de 20x20 a 500 hectares reflorestados. Foram realizadas também actividades de sensibilização junto a população sobre a importância da conservação da floresta e reflorestamento através de palestras, concurso de desenho nas escolas básicas, divulgação de spots na RNSTP.

Relativamente ao projecto de *Abordagem ecosistémica integrada para a conservação da biodiversidade nas Zonas Tampão dos Parques Naturais de Obô de S. Tomé e do Príncipe*, financiado pelo GEF e executado pelo FIDA através de PAPAFA, em 2013, teve início:

- o estudo de avaliação do estado das unidades populacionais de peixes demersais, com a finalidade de conhecer o estado e a capacidade das agências governamentais e das associações em recursos marinhos e pescas;
- a produção de um conjunto de materiais educativos (manual de educação ambiental para alunos do ensino secundário e cartazes de sensibilização para os membros das comunidades rurais) para sensibilizar os cidadãos sobre a importância da preservação do património natural do Parque Natural de Obô;
- o processo de formação de 2000 agricultores para reforçar a capacidade dos mesmos nas práticas agro-florestais sustentáveis;
- o processo de criação de uma Fileira de Turismo sustentável através de uma Plataforma de utilizadores.

No que tange ao Projecto de Adaptação às Mudanças climáticas para as comunidades Costeiras financiado pelo Fundo Mundial de Ambiente – GEF tem sido desenvolvidas acções para reduzir os efeitos das alterações climáticas nas comunidades costeiras de Malanza, Ribeira Afonso, Santa Catarina e na Praia Burra.

Este projecto tem como objectivo aumentar a capacidade de adaptação de comunidades costeiras vulneráveis em São Tomé e Príncipe para os impactos adversos da variabilidade e mudanças climáticas.

No que toca ao Projecto piloto de construção de casas com materiais alternativos a areia e madeira, financiado por Fundo Japonês no quadro de AAP, foram construídas e concluídas 5 casas sociais de barro na cidade de Guadalupe, instalada energia solar na praia das Conchas e construída a instalação da cooperativa de praia das conchas.

- **Programa de garantia a segurança alimentar**

Tem como objectivo garantir a segurança alimentar da população.

Para o cumprimento desse objectivo concorrem os projectos PRIASA, nas suas diversas componentes (pesca, construção e reabilitação de infra-estruturas de apoio à produção, escoamento de produtos, investigação, transformação e formação), Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares, PADII e o Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura, no domínio de produção animal como já foi mencionado anteriormente neste relatório, PDSA, projecto realizado pela ONG ADAPPA em 2012 no quadro de cooperação com o Instituto Marquês Vale Flor - Cooperação Portuguesa, e projectos financiados por Taiwan no domínio de produção de culturas alimentares e fruticultura e projectos desenvolvidos por ONG MARAPA no quadro de PAPAFA também já citados neste relatório.

Relativamente aos resultados obtidos durante o período em estudo, no quadro de PRIASA, destaca-se construção e instalação de um sistema de irrigação na localidade de Rio Lima para os pequenos horticultores e agricultores dessa comunidade; reabilitação de 0.12 km de pistas que liga Milagrosa à Quinta da Flores ficando os 8,5km com previsão de término no 1º trimestre de 2014 e a instalação de 7 abrigos para viveiros de culturas alimentares, sendo 4 em S. Tomé e 3 na ilha do Príncipe .



Figura nº 2 – Sistema de irrigação da comunidade de Rio Lima
Fonte: Observatório de Redução da Pobreza – ORP, 2013

No domínio de infra-estruturas de formação, foi reabilitado e apetrechado (equipamentos informáticos) o Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário – CATAP em 2013. No mesmo ano, foram capacitados 61 pequenos agricultores em técnicas agronómicas de forma a melhorar a produtividade nas suas parcelas. No domínio de investigação, foi concluído a reabilitação do laboratório do CIAT acompanhado da aquisição de 2 geradores, equipamentos para laboratórios de análise e 2 câmaras de frio que foram substituídas na unidade do CIAT localizada em Mesquita.

Com apoio do PRIASA, em 2012/2013, técnicos do CIAT participaram, no país, em formações em diferentes domínios sendo 22 em Estatísticas de dados, 53 em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho, 20 em Interpretações das análises do solo e plantas e a protecção contra os insectos dos produtos armazenados e no domínio de Técnicas de microbiologia de legumes e armazenados; e no exterior em diferentes domínios principalmente no domínio de Técnicas de identificação de insectos e sobre as Organizações e difusão de documentos de laboratórios; Foi elaborado a lei e o regulamento que define as bases de preservação da sanidade vegetal.

Ao nível da Direcção Geral de Agricultura e Pesca foi realizado o estudo de perfil de género para zonas de intervenção do projecto, aquisição de equipamentos informáticos e materiais de escritório para o ministério e 2 técnicos participaram numa formação em Israel no domínio de Tecnologia de Irrigação.

No quadro de PAPAFPA, em 2012, foi construído na dependência de Pinheira um pequeno armazém e um sistema de irrigação com objectivo de reforçar o sistema antigo existente e desta forma facilitar os pequenos agricultores na produção de culturas alimentares (milho, mandioca, pimentão e feijão verde).

B – Na vertente de Promoção do desenvolvimento do sector privado e reforço da performance no sector terciário foram definidos os seguintes programas:

- i) Programa de promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento
- ii) Programa de valorização do turismo e actividades conexas
- iii) Programa de inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

- **Programa de Promoção do Sector Privado como Opção Viável para o Desenvolvimento**

No âmbito deste programa foi criado a Agência de Promoção do comércio e Investimento – APCI com o objectivo de promover o comércio nacional, atrair

investimento e sobretudo estimular o desenvolvimento sustentado de São Tomé e Príncipe; Divulgação das potencialidades de STP nos eventos e mercados internacionais; Apoio técnico-financeiro às empresas e aos empreendedores nacionais; e reforçar a capacidade institucional através melhoria do espaço físico para instalação, capacitação dos técnicos afectos à instituição e aquisição de meios rolantes destinados a facilitação dos serviços dentre outros.

Entretanto, por falta de financiamento, grande parte das actividades e dos projectos programados pela instituição não foram realizadas.

Ainda no quadro de apoio ao sector privado, o Governo com o apoio de PNUD realizou um estudo sobre o Diagnóstico da estrutura de funcionamento da CCIAS e programou, baseado nas recomendações do mesmo estudo, realizar um plano de acções para colmatar as fraquezas de CCIAS para que a mesma instituição possa fornecer serviços de melhor qualidade aos seus membros.

Por outro lado, o Governo no seu esforço para promoção do crescimento económico e garantia de segurança alimentar tem estabelecido parcerias com as ONG em diferentes domínios do eixo II.

Neste sentido, para o desenvolvimento do sector de agro-indústria e de transformação, a ONG Alisei, em parceria com a Quá Téla e a ADAPPA deram início em Março de 2013 o projecto de Promoção de Iniciativas Produtivas no Sector Agro-alimentar (PIPAGA) para um período de dois anos tendo como grupo alvo 600 agricultores e 30 transformadores de 21 comunidades rurais.

Com os resultados obtidos destacam-se as seguintes realizações: estudo sobre a Fileira de banana - pão e matabala, estudo diagnóstico da situação dos transformadores (produção, infra-estruturas e equipamentos), criação da rede dos transformadores e o estudo diagnóstico da situação dos agricultores e das capacidades produtivas nas 21 localidades de intervenção do PIPAGA.

Foi organizado sessões de capacitação técnica dos agricultores, onde foram capacitados 232 agricultores (tendo sido 169 homens e 64 mulheres) em técnicas de cultivo, tendo sido 28 sessões teóricas e 55 sessões praticas em 11 parcelas demonstrativas, distribuídos 270 cacauzeiros, 70 bananas, 260 matabalas, 10 eritrinas, 10 fruta-pão e 200 gramas de semente de fleminja e realizadas visitas em duas comunidades e oito parcelas participantes³, sendo que em cada comunidade participaram 2 agricultores líderes (um homem e uma mulher), e técnicos envolvidos no projecto.

³ As comunidades participantes foram: Abade, Boa Esperança, Caldeiras, Dona Augusta, Mato Cana, Milagrosa, Monte Macaco, Plateau, Pedroma e Santo António



Figura nº 3- Sessões de formação prática em Boa Esperança

Fonte: Relatório do Projecto de Promoção de Iniciativas Produtivas no Sector Agro Alimentar, 2014

De igual modo foi realizado uma formação de capacitação no domínio de "Reforço das capacidades técnicas em Cooperativismo e Metodologias Participativas para garantir o sucesso e a durabilidade das actividades económicas das associações envolvidas no projecto onde participaram na formação 16 técnicos e 20 líderes comunitários de 10 comunidades



Figura nº4 - Sessões de formação "Reforço das Capacidades Técnicas em Cooperativismo e Metodologias Participativas"

Fonte: Relatório do Projecto de Promoção de Iniciativas Produtivas no Sector Agro Alimentar, 2014

- **Programa de Valorização do Turismo e Actividades Conexas**

Este programa pretende introduzir o destino de São Tomé e Príncipe nas rotas do turismo internacional, melhorar a oferta dos produtos turísticos e receber pelos menos 15 mil turistas por ano até 2015.

Relativamente às realizações em 2012-2013, com vista a promover a imagem do país como destino turístico, participou nas feiras internacionais do turismo de Espanha (FITUR), Alemanha (ITB), Portugal (BTL), Angola (OKAVANGO/BITUR) e Taiwan, Londres. É de realçar que a feira de Luanda (Angola) em 2013 foi coroada de êxito, pois o país ganhou o prémio da melhor participação internacional enquanto a feira de Londres.

Como se pode observar na tabela, aumentou o interesse dos turistas em visitar as ilhas do equador no período 2010 à 2012. Esse aumento verificou-se principalmente na

estação da chuva tendo registado uma entrada de 5.148 para 10.282 turistas respectivamente.

Estações do ano	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
chuva	3760	5735	8901	6556	4042	5840	5125	5148	7.417	10.282
Seca	700	1031	1329	704	2223	3584	3062	1956	2.902	2.471
Total	4.460	6.766	10.230	7.250	6.265	9.424	8.187	7.104	10.319	12.753

Fonte: Direcção do Turismo e Hotelaria, 2013

Em 2013, foi reaberto o Museu de Café, uma infra-estrutura localizada na zona de Monte – Café, com o objectivo de melhorar a oferta dos produtos turístico e informar sobre a história do café, os artefactos com a produção, armazenamento e exportação do café, a história da empresa e dos que lá labutavam bem como para proporcionar lazer aos visitantes.

Foi institucionalizada o dia nacional de turismo 24 de Agosto, inserida na Semana Nacional do Turismo (18 -24), na qual foram realizadas Workshop cujo tema "**Turismo em S.Tomé e Príncipe**" e a atribuição de diploma de mérito às unidades hoteleiras e similares que se evidenciaram no desenvolvimento do sector.

Foi também reforçada a capacidade técnica dos quadros da direcção de Turismo e hotelaria nos domínios de atendimento geral, guia turístico, relações públicas e serviço de mesa.

Por outro lado, para promover a imagem do país além fronteiras, a ALISEI, através do PIPAGA, vem encetando contactos no sentido de reforçar a participação do país nas feiras internacionais.

No quadro do Ecoturismo, está em curso o Projecto de Reforço do Ecoturismo na Periferia do Parque Natural Obô de São Tomé implementado pelas ONG ALISEI e MARAPA e que conta com financiamento da RAPAC (Rede das Áreas Protegidas da África Central) e ECOFAC V, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável na zona sul, do Parque Natural Obô, com destaque para a região de Porto Alegre e Malanza.

- **Programa de Inserção da Economia na Sub-região e no Sistema Comercial Multilateral**

Este programa pretende integrar convenientemente o país na sub-região e no sistema comercial multilateral, de modo a tirar proveito da sua localização estratégica no golfo da Guiné e no mundo.

Em 2004, o país aderiu ao Programa Quadro Integrado e em 2012 lançou as bases para a implementação do Quadro Integrado Reforçado (QIR), um programa de múltiplos doadores destinado a apoiar os países menos avançados a integrar o comércio nas estratégias nacionais de desenvolvimento, coordenar a ajuda para o comércio, desenvolver as estruturas necessárias para a coordenação da assistência técnica ligada ao comércio e reforçar as capacidades ligadas ao comércio. Está em curso os trâmites de aprovação do Programa do QIR.

Também está em curso o Projecto de Apoio ao Sector Comércio (PASC). No quadro deste projecto foi realizado o estudo de competitividade das 5 fileiras de exportação (cacau, café, pimenta, baunilha e flores) em São Tomé e Príncipe; o estudo sobre a definição das grandes linhas para a elaboração da Estratégia Comercial ao longo prazo e Estratégia do sector do comércio 2015-2025. Também foram actualizadas 8 legislações para facilitar a actividade comercial no país, nomeadamente, código comercial; código das Sociedades comerciais, lei do comércio electrónico e assinatura digital, lei de preços, lei sobre a parceria pública privada, lei sobre propriedade intelectual, código de sanidade vegetal e lei sobre a actividade comercial, e realizados 10 seminários de formação.

C- Na vertente de **Desenvolvimento das redes de transportes e infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico** foram definidos os seguintes programas:

- i) Programa infra-estrutura de transporte rodoviário
- ii) Programa de provisão de energia fiável e de baixo custo
- iii) Programa de construção de habitação a custo controlado

- **Programa Infra-estrutura de Transporte Rodoviário,**

Tem como objectivo melhorar e expandir vias de acesso com vista a garantir a circulação rodoviária de pessoas, bens e serviços em segurança e capacitar instituições do sector de transportes rodoviários;

No período 2012 e 2013, o Governo com o financiamento Fundo Europeu de Desenvolvimento através do programa de apoio ao sector rodoviário, construiu 1 km de estrada em betão betuminoso que liga a cidade de Trindade à Uba-Flor; Reconstruiu a ponte S. Nicolau; Requalificou o Pavimento do Lote 1 (que liga a escola 12 de Julho, TVS, Santo António, loja DFL e a vila Maria); Reabilitou de 52 km de estrada em Betão betuminoso e construiu 4 pontes; Reabilitou a estrada que liga a roça Agostinho Neto e a localidade de Câmara de Carga e Reabilitou do troço de estrada que liga a EN3 /S. José/ S. Carlos, Caldeiras à Boa Esperança e Milagrosa à Quinta das flores.

No quadro do Grupo de Interesse e Manutenção de Estradas (GIME), presente em todos os distritos do país incluindo a RAP, no período em estudo, destacam-se a reabilitação

das pistas rurais em terra batida, reabilitação de algumas pontes, colocação de gaviões para a protecção costeira, rios e nos taludes, construção de muro de contenção para protecção contra erosão, remoção de derrocadas e construção de lancil.



Figura nº 5: Intervenções realizadas pelo GIME
Fonte: Seminário sobre Impacto do GIME / INAE, 2013

A importância deste programa é relevante não só pelo trabalho realizado como por nº de empregos que oferece a população sobretudo no mundo rural.

Em 2013, absorveu 1509 trabalhadores sendo 52% mulheres, conforme o quadro que se segue.

Anos	Total de trabalhadores	Masculino	Feminino
2012	1548	749	799
2013	1509	726	783

Fonte: INAE, 2013

- **Programa de Construção de Habitação a Custo Controlado**

O programa acima referido pretende reforçar a capacidade técnica e institucional do Instituto de Habitação e Imobiliária e garantir o acesso das populações à habitações de baixo custo.

No período em análise, o Instituto de Habitação e Imobiliária, não foi contemplado de projectos que permitisse materializar este objectivo.

Entretanto, o MAPDR no quadro do seu programa de desenvolvimento Rural, para garantir o acesso das populações rurais às habitações melhoradas e apetrechadas com WC, construiu e reabilitou casas nas comunidades rurais, sendo 12 apartamentos na

comunidade de Guêguê, 6 casas comboio de 24 compartimentos na comunidade de Praia das Conchas e 2 casas de 21 compartimentos na comunidade de Pinheira.

D - Vertente de Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do desenvolvimento do país.

Está em curso o Projecto de Adaptação às Mudanças climáticas para as comunidades Costeiras financiado pelo Fundo Mundial de Ambiente – GEF que já foi mencionado neste relatório.

II.2.2. Constrangimentos

- Recursos financeiros limitados;
- Recursos humanos pouco capacitados;
- Dificuldade na circulação de informação inter-sectorial e intra-sectorial;
- Atraso na aprovação das leis;
- Insuficiência de recursos financeiros para pagamentos de quotas junto às organizações internacionais;
- Problemas derivados das alterações climáticas (falta de chuvas, ocorrência de doenças e pragas que afectem a produção).

II.2.3 Conclusões e Recomendações do Eixo II

Apesar dos constrangimentos identificados na implementação das acções e projectos em 2014, constatou-se que para a promoção do crescimento económico sustentáveis esforços foram feitos pelo Governo com apoios dos parceiros para que algumas acções fossem realizadas no sentido de dinamizar o sector primário da economia, criar condições para estimular o sector privado, criação de emprego e de rendimento das famílias.

Entretanto, para os próximos anos recomenda-se que maior esforço financeiro deve ser feito para que as acções e projectos previstos sejam realizados, que os quadros técnicos sejam formados e capacitados continuamente e as leis sejam aprovadas e actualizadas.

Recomenda-se que sejam canalizados recursos para financiar projectos principalmente nas áreas de habitação, turismo, manutenção e conservação da rede rodoviária e do GIME. É necessário também que haja maior celeridade na adopção, aprovação e publicação das leis e reforçar a capacidade institucional.

II.3. EIXO III - DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS

O eixo em epígrafe desenvolve-se em três sectores fundamentais a saber, Educação, Saúde e Água e Saneamento do Meio, e dado a importância do mesmo no combate a redução da pobreza, foram definidos os objectivos estratégicos seguintes:

- 1- Desenvolver uma educação de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento;
- 2- Assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar concluam o Ensino Básico até 2016;
- 3- Garantir até 2016 que 100% da população tenham acesso aos serviços básicos de saúde e de qualidade.

Para o cumprimento desses objectivos, foram definidos programas, em duas vertentes que serão analisadas de acordo as acções e projectos implementados em 2012-2013.

As medidas e os indicadores encontram-se em anexo.

A – Na vertente de **Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema de educação e da formação** temos os seguintes programas:

- i) Programa pré-escolar
- ii) Programa de ensino básico
- iii) Programa de ensino secundário técnico profissional
- i) Programa de ensino superior e formação
- ii) Programa de ensino recorrente/alfabetização

• Programa Pré-Escolar

Tem como objectivos: Tornar o acesso ao ensino pré-escolar (3-5 anos) universal, obrigatório e gratuito e dispensar um ensino pré-escolar de qualidade para todas as crianças santomenses, incluindo aquelas com NEE.

É neste contexto que foram alargados o horário de funcionamento de alguns Jardins, ou seja, passaram a funcionar nos dois períodos do dia, nomeadamente os Jardins das Madres Canossianas, Mina Anzu, Pimpolho, Páscoa Carvalho, São Marçal, Tartaruga e Vigoço como forma de garantir o acesso e rentabilizar melhor os espaços educativos.

Nas Escolas Básicas, de Morro Peixe, e da Vila de Santa Catarina foram construídas salas para Pré-escolar.

• Programa de Ensino Básico

Relativamente à melhoria de qualidade no Ensino básico, foram efectuadas visitas pedagógicas às escolas Básicas do país. Por exemplo, a Inspeção-geral da Educação efectuou visitas de controlo da aprendizagem à todas as turmas da 1ª Classe das escolas

Básicas dos distritos de Mé-zóchi e de Cantagalo, nos dois períodos lectivos. As referidas visitas incluíram, também, auditorias às Direcções Escolares. Foi realizada, também, visita alargada ao distrito de Lembá, onde as equipas percorreram a maioria das unidades educacionais da rede pública (Pré escolar e Ensino Básico). Estas visitas tiveram como objectivo de contribuir para o bom desempenho do trabalho do docente e de observar o estado de conservação e de higiene dos centros escolares, o funcionamento das cantinas escolar, o nível de organização, planificação e gestão das Direcções escolares, o controlo da pontualidade e da assiduidade do pessoal docente e não docente, os planos de preparação metodológica (incluindo, os planos de aula), os apoios prestados aos professores, a dinâmica do professor/educador no contexto da sala de aula e os níveis de satisfação e aprendizagem por parte dos discentes.

Como forma de suprir as dificuldades das crianças portadoras de deficiência, esteve em curso o primeiro eixo da Estratégia de Educação Especial em São Tomé e Príncipe que consiste em Sinalização das crianças. A referenciação das crianças em risco e portadoras de Necessidades Educativas Especiais (NEE) foi levada a cabo ao nível nacional, em parceria com a Escola Superior de Educação de Santarém (ESE)–Cooperação Portuguesa, o Ministério de Saúde e Assuntos Sociais e ONGs com financiamento de UNICEF.

Ainda no quadro de melhoria de qualidade de ensino, também, foram feitas a formação de formadores de língua gestual e a elaboração do Dicionário de Língua Gestual São-tomense, existindo já alguns sinais recolhidos localmente a partir de um grupo de crianças que têm sido orientadas na Cidade de Santana.

Esteve em curso a elaboração de guias de apoio para formação inicial, contínua dos professores e dos Directores, ao nível das disciplinas de Português, Matemática e Ciências Naturais e Sociais, Expressões, NEE – Necessidades Educativas Especiais e Supervisão Pedagógica, com o apoio técnico da ESE de Santarém e o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian – Cooperação Portuguesa.

- **Programa de Ensino Secundário Técnico Profissional**

Tem como objectivos, Alargar até 2016, o ensino secundário como ciclo completo nos distritos do país; proceder à reforma curricular e pedagógica que propicie alto coeficiente educativo, facilitar a inserção socioprofissional dos alunos que terminam 9^a e 12^a classe; promover uma política firme e voluntarista de formação técnico-profissional; criar e desenvolver uma entidade encarregue da promoção, gestão e coordenação da formação técnico-profissional de qualidade, formar e capacitar recursos humanos qualificados em diversas áreas.

No contexto da melhoria de qualidade para esse nível de Ensino, procedeu-se à entrega de computadores às Escolas Secundárias e às Direcções e Serviços do Ministério de

Educação, no quadro do Projecto Escola em Rede, financiado pela República da China Taiwan.

Foram realizadas visitas às escolas Secundárias durante o 1º período do ano lectivo 2013/2014 pelos metodólogos deste nível de Ensino e os cooperantes do Projecto escola +, Cooperação portuguesa, com objectivo de apoiar a elaboração das planificações; otimizar a utilização do texto de apoio; esclarecer dúvidas sobre os conteúdos a leccionar; apoiar na elaboração de instrumentos de avaliação e os seus critérios de correcção; colaborar na construção de materiais de apoio pedagógico; apoiar a implementação do sistema de avaliação, esclarecendo dúvidas existentes e diagnosticar temas pertinentes de aplicação de acções de formação.

O governo em parceria com as ONG, nomeadamente o Instituto Marquês de Vale Flôr (IMVF), através do Projecto Escola +/ Educação para Todos, com apoio da Cooperação portuguesa, dinamizou o Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe por um período de 5 anos 2009- 2013. O projecto aposta na melhoria do ensino secundário, actuando ao nível das infra-estruturas, reforçando as competências dos professores e da revisão curricular, aumento da capacidade de gestão das escolas e promovendo um sistema de ensino mais adaptado às necessidades do país.

A primeira fase (2009-2012) do Projecto, envolveu 14 escolas secundárias do país e mais de 15.481 alunos e capacitou mais de 500 professores

Em 2013, a segunda fase, continuou-se a apostar na capacitação de professores, e no aumento da capacidade de gestão, coordenação e acompanhamento dos serviços centrais do sector da Educação e das escolas, cujos progressos encontram-se no quadro abaixo.

Tabela nº 7: Os factos e números da 2ª fase do Projecto Escola +/Educação para Todos 2013	
Salas de aula intervencionadas	43
Biblioteca nova construída	1
Escolas com espaços desportivos reabilitados ou construídos de raiz	8
Escolas equipadas com oficinas	9
Secretarias reabilitadas	3
Professores acompanhados ao nível da implementação da revisão curricular	672
Professores são-tomenses com grau de Licenciatura. Consistiu na condução de 3 complementos de formação que possibilitaram a professores são-tomenses com bacharéis a obtenção do grau de licenciatura nas áreas das ciências naturais e biologia, física e química e matemática	42
Formandos concluem o curso de Gestão Curricular e Supervisão Pedagógica	47
Elementos concluem o curso de Gestão e Administração Escolar	24
Formandos concluem o curso de formação para Inspectores Escolares	10
Alunos frequentam o ensino secundário no ano lectivo de 2012/2013	15.481
Dos alunos que transitaram no ensino secundário	98%
Textos de apoio da 7ª, 8ª e 9ª disponibilizados	7.500

Fonte: Relatório de actividades de IMVF, 2013

Teve início o projecto Sem Barreiras, no âmbito da parceria com o Projecto Saúde para Todos, financiado pela Cooperação Portuguesa com vista a contribuir para a melhoria

da qualidade de vida da comunidade surda do país e autonomização das crianças surdas em idade escolar, tendo sido desenvolvida e introduzida, pela primeira vez, a Língua Gestual são-tomense, em parceria com a Universidade Católica e o Hospital CUF Infante Santo. A tabela nº 7 reflecte os resultados alcançados em 2013.

Tabela nº 8: Os factos e números do Projecto Sem Barreiras/Projecto Saúde para Todos	
Factos e Números	
Língua Gestual são-tomense criada	1
Crianças são-tomenses formadas	30
Professores e técnicos formados	15
Dicionário com 500 gestos do léxico comum da comunidade surda são-tomense	1
Alfabeto manual com os gestos da Língua Gestual são-tomense produzido	1

Fonte: Relatório de actividades de IMVF, 2013

• Programa de Ensino Superior e Formação

Neste domínio o objectivo é garantir o acesso em função da necessidade do mercado do trabalho e melhorar a qualidade de ensino; promover e incentivar a formação à distância, definir as necessidades de formação a médio e a longo prazo, constituem os objectivos desse programa.

Foram enviados para exterior 51 estudantes bolseiros sendo:

Tabela nº 9: Nº alunos beneficiários de bolsa de estudo no exterior em 2012-2013			
Nº de Estudantes	Grau académico	Área de formação	País destinatário
5		Medicina	Cuba
3	Mestrado	Direito	Macau
27	Diversos	Diversas	Marrocos
16	7 para o mestrado, e	Diversas	Portugal
	3 doutoramento		
	6 para a Licenciatura		

Fonte: Boletim informativo do MECF, 2013

Com o objectivo de potenciar este nível de Ensino no país e de diminuir as despesas com o envio de estudantes para a formação no exterior, foi lançado este ano o concurso de candidatura de 200 bolsas internas.

Ainda no contexto da formação, o Centro de Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe, durante o ano lectivo 2012/2013, formou 396 indivíduos, sendo 212 masculinos e 184 femininos em diversas áreas.

O governo também contou com o apoio da UNFPA, que interveio na qualificação dos recursos humanos para as actividades de CMC sobre a SSR, munindo os professores e

técnicos, dos sectores do MEFC, de mais conhecimentos sobre a SSR, tendo formado 42 professores de Ciências naturais e Sociais/Biologia, sendo em S. Tomé 25 e 17 na RAP, 20 Directores de Turmas e 23 técnicos.

- **Programa de Ensino Recorrente/Alfabetização**

Este programa visa erradicar, o analfabetismo dos jovens e adultos com mais de 15 anos; Reforçar a capacidade institucional da Direcção de Educação para Juventude e Adultos (DEJA), para o cabal desempenho da sua missão.

No quadro das realizações no período em estudo,

- ✓ Foram realizadas formações aos alfabetizadores no quadro de apoio ao sector financiado pela UNESCO;
- ✓ Foram, igualmente, realizados seminários para divulgação de experiências positivas através de módulos de formação.

As realizações dos diversos programas implementados pelo Governo, concorreram para que o sistema educativo conhecesse um desempenho positivo nos anos 2012 e 2013, tendo as taxas de escolarização, de uma forma geral, registados melhorias nos indicadores, assim como a performance do sistema educativo geral, conforme demonstra a matriz da evolução dos indicadores no anexo nº 1 deste relatório.

Para realização do segundo objectivo deste eixo, assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar concluam o Ensino Básico até 2016, procedeu-se ao alargamento da escolaridade básica universal e obrigatória às diversas localidades do país, tendo a escola Básica de Morro peixe beneficiada com obras de requalificação e construção de duas salas para a implementação da 5ª e 6ª classes, passando a ser uma escola integrada, onde se lecciona desde a Pré-Escolar até a 6ª classe. Esta nova filosofia organizacional fez com que os alunos desta faixa etária, residentes nesta localidade deixassem de ir à Guadalupe percorrendo 4 km para frequentarem uma escola.

Ainda com o mesmo objectivo, de garantir igualdade e oportunidade de acesso escolar dos alunos (as) nos locais mais recônditos do país, a Direcção do Ensino Básico implementou o 2º ciclo nas seguintes escolas: Anselmo Andrade, Monte Mário, Morro Peixe, Praia das Conchas, Santa Luzia e Uba Budo.

Ainda no quadro de alargamento, a fim de serem construídas novas escolas, foram feitos lançamentos de pedras para construção das escolas Básicas de Diogo Simão no distrito de Mé-zóchi e da Roça Agostinho Neto em Lobata e das Escolas Secundárias de Porto Alegre em Caué e de Ribeira Afonso em Cantagalo e foram reabilitadas e entregues no distrito de Mé-zóchi, Escola Básica Albertina Matos em Madalena, Manuel da Trindade Sousa Pontes na cidade da Trindade, Januário Graça em Capela, Escola Básica de San Fenícia, Jardim Aloy Palm e Creche de Margão); no distrito de Lobata, Escola Básica de

Magodinho e José Leal Bouças; no distrito de Lembá, Escola Básica de Neves; no distrito de Cantagalo, Escola Básica de Anselmo Andrade e Creche de Mato Cana; no distrito de Caué, Escola Básica de Porto Alegre e de Angolares; e, no distrito de Água Grande, Escolas Básicas de Francisco Tenreiro, Praia Gamboa, Dona Maria de Jesus, Atanásio Gomes, Oquê-Del-Rei e a Escola Patrice Lumumba e, por fim, foi construída uma escola na zona de Ribeira Funda.

Foram, também, reabilitadas as cantinas das Escolas Básicas de Adão Deus Lima, Riboque, Santana, Praia Rei e Ribeira Afonso.

B – Vertente da Melhoria da qualidade do acesso e da qualidade de saúde, do abastecimento em água e do saneamento de base.

Com esta vertente pretende-se para melhoria no acesso e equidade dos serviços dos cuidados de saúde, tanto na componente preventiva como curativa bem como a melhoria no acesso à água potável e ao saneamento básico, cujos programas previstos são:

- i) Programa de prestação de cuidados de saúde;
- ii) Programa de reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água;
- iii) Programa de melhoria do acesso ao saneamento básico.

• Programa de Prestação de Cuidados de Saúde

No âmbito deste programa foram adquiridos consumíveis e medicamentos de saúde, dentre os quais realçamos os medicamentos para os portadores do HIV/SIDA, aquisição de vacinas para assistência Infantil e Imunização.

No ano 2012 se registou maior número de casos de paludismo 12.275 opondo-se ao ano 2013, ano durante o qual se registou menor número de casos 9.242. Esse elevado número, em 2012, deveu-se a vários factores nomeadamente ruptura de sctok de Mosquiteiro Impregnado co insecticida de Longa Duração (MILD), início tardio da pulverização intra-domiciliar e a resistência do vector à insecticida usada na pulverização (Alpha Cypermetrina).

Com o apoio dos parceiros, a OMS; Taiwan; Fundo Global, através do PNUD e outros, a luta contra o paludismo continua no foco das realizações tendo-se realizado, em 2013, as diversas fases da pulverização periódica intra-domiciliar; a distribuição de 14.596 (MILD), sendo 4.596 distribuídos pelas US; controle de pragas através do tratamento químico, a fumigação; o tratamento preventivo intermitente (TPI), uma intervenção eficaz para a prevenção e controlo do paludismo durante a gravidez; a entomologia, captura, desinsectização ou tratamento de criadores larvares (controlo larval). Por fim,

foram realizadas actividades de informação, educação e comunicação (IEC) assim como de comunicação para mudança de comportamento (CMC), entre outras.

No domínio da Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), incluindo o Planeamento Familiar (PF), os serviços de prevenção do VIH e serviços de saúde materna, destaca-se o programa de assistência do UNFPA durante o período 2012-2013. Foram realizadas, entre outras, as seguintes actividades:

✓ No âmbito da Formação:

Foram formadas 50 prestadores de serviço, sendo 30 em SSR para adolescentes, 20 em ATV em colaboração com o PNL-SIDA, 12 em dispositivo Mínimo de Urgência em SR; 60 técnicos de farmácia em manejo dos ARVs; 24 em matéria de SIGL; 30 em PF; 25 educadores de pares.

✓ No quadro da capacitação:

Foram capacitados 50 técnicos de saúde para a implementação do novo algoritmo para as IST/VIH pós violação.

✓ No contexto da sensibilização:

Foram sensibilizados: 25 técnicos de diversos sectores da RAP em matéria de DMU para SR; 45 sessões de campanha de CMC às comunidades jovens e testagem voluntária cujos conteúdos centralizaram-se na gravidez precoce e prevenção do HIV e o género, tendo realizado 1.167 novos testes; produção de 2 desdobráveis, 1 sobre HIV/SIDA e outro sobre a Contraceção.

✓ Assegurou o fornecimento de pelo menos três métodos contraceptivos modernos nas US e stock de produtos de SR nas mesmas.

O PNUD também eleva-se no contexto de resposta à VIH/SIDA com os serviços de aconselhamento e testagem do HIV/SIDA, IEC, disponibilização do ARV para as pessoas portadoras do HIV/SIDA.

Ainda no contexto da Saúde, o governo em parceria com as ONG, tem desenvolvido todo um conjunto de acções que tem contribuído para a melhoria dos indicadores de saúde. Por exemplo: com o Instituto Marquês de Vale Flôr – Cooperação Portuguesa em 2012/2013, permitiu através do Programa Saúde Para Todos alargar os cuidados de saúde a toda a população do país, especificamente os Cuidados Preventivos e Primários, os Cuidados Especializados, Telemedicina e de Luta Contra as Doenças Não Transmissíveis.

No quadro desta parceria destacam-se as principais realizações e resultados em 2012-2013:

Tabela nº 10 : Principais realizações da ONG IMVF	Resultados (2012-2013)
1-Programa integrado/projecto de cuidados primários	

Consultas de Planeamento Familiar e Protecção Materno-Infantil	+ de 80.000
Consultas médicas de especialidades de medicina geral e familiar, medicina interna, Ginecologia-obstetrícia, pediatria, cirurgia geral, psiquiatria e estomatologia	+ de 60.000/ano
Crianças receberam doses de desparasitante	+ de 30.500
Vacinas administradas (BCG,PÓLIO, Sarampo, Antitetânica, entre outras)	+ de 810.000
2- Projecto de luta contra as doenças não transmissíveis	
Análise citológica em meio líquido e de biologia molecular de papanicolau – colhidos para avaliação da prevalência do vírus do papiloma humano (HPV)/Cancro do colo do útero	+ de 6.000 exames
Preservação e combate ao cancro da próstata	+ mais de 100 biópsias prostáticas
Exemplares de manuais técnicos formativos elaborados, distribuídos e disponíveis online	2.000
Missões de curta-duração para formação de formadores realizados	49
Profissionais de saúde são-tomense capacitados como formadores	150
Profissionais de saúde e agentes de saúde comunitária formados e 1 manual de apoio para agentes de saúde comunitária elaborado	340
Dossês específicos de cada especialidade produzidos	11
Unidade de saúde equipadas e operacionais	36
Profissionais do ensino são-tomense, 15 jornalistas e 30 autarcas sensibilizados	500
Spots televisivos e radiofónicos produzidos	8
Cartazes e brochuras impressos, distribuídos e afixados	2.000
Artigos publicados na imprensa são-tomense	24
3- Projectos de cuidados especializados e telemedicina	
Missões de 13 a 14 especialidades médicas de curta duração	≤ 100/ano
Missões técnicas de curta duração	4
Avaliação de exames e arquivos clínicos introduzidos no sistema de telemedicina por parte dos médicos especialistas referenciados em Portugal.	+ de 10.000
Consultas realizadas	+ de 3.000
Intervenções cirúrgicas das especialidades médicas abrangidas realizadas	+ 600
Exames inseridos na plataforma Medigraf de telemedicina	+ de 9.900

Fontes: Relatório de actividades de IMVF,2012-2013

No quadro de parceria entre o Governo e a ONG Cruz Vermelha, procedeu-se à distribuição dos MILD com o objectivo de reduzir os casos de paludismo nos distritos de Água Grande, Mé-zóchi e a Região Autónoma de Príncipe. Tendo sido distribuído e colocados, 17.803 MILDs em 2012 e 28.426 em 2013.

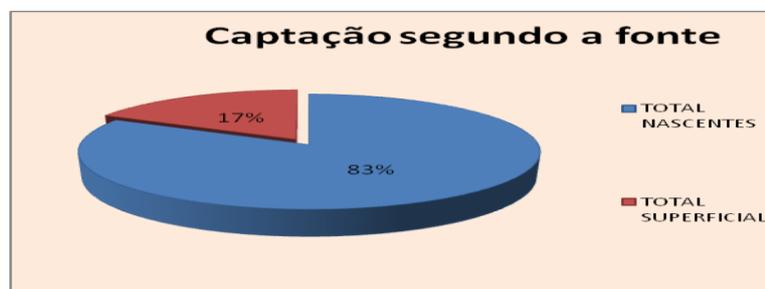
No âmbito de luta contra o HIV/SIDA, a mesma ONG promoveu campanhas de sensibilização contra o HIV/SIDA e desenvolveu actividade geradora de rendimento com as pessoas portadoras dessa doença, tendo beneficiado 13 indivíduos.

As realizações dos programas de saúde concretizados pelos governos em 2012 e 2013 contribuíram para melhoria de alguns indicadores do país mormente àqueles direccionados para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD). Esta constatação pode ser observada na matriz de evolução de indicadores em anexo nº 1 deste relatório.

- **Programa de Reabilitação, Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água**

Embora os dados publicados pelo Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) revelam em 2012 que 83, 6% da população santomense tem acesso à água melhorada, a forte dependência dos sistemas das nascentes fez com que a produção de água tenha sido muito irregular. As irregularidades são provocadas pela ausência da chuva e perdas nas redes de distribuição.

Como podemos observar no gráfico nº 1, cerca de 83% de água captada pela Empresa de Água e Electricidade (EMAE) provem das nascentes, facto que influencia em muito a produção de água visto que o caudal das nascentes varia em função da pluviosidade.



Fonte: Relat. EMAE – Dir. de Água, 2013

Como forma de continuar a garantir o abastecimento de água à população com elevado desempenho em quantidade e pressão adequada, assim como na qualidade da mesma, os recursos disponibilizados em 2012 e 2013 foram investidos nas acções de resolução dos problemas de falta de água.

Perante a situação, o governo, através da Empresa de Água e Electricidade (EMAE), efectuou controlo de perdas de água, como forma de detestar e reduzir as perdas nas redes de distribuição, através de várias campanhas de vistorias às redes do sistema de abastecimento de água à cidade capital e arredores, nomeadamente Água Clara e Água Amoreira I, tendo-se detectadas avarias à 467 dos clientes vistoriados e reparadas 232.

Ainda ao nível da produção e no contexto das fugas e perdas da água, desenvolveu-se ao longo do ano 2013 diversas actividades de rotina como desentupimento nas condutas de adução e distribuição, limpezas e lavagens nas captações e reservatórios, medições de caudais dos sistemas entre outras. Foi posta em funcionamento a nova linha de reforço do sistema Água Amoreira I, permitindo adicionar ao sistema cerca de 65 m³/h,



que passou a abastecer diretamente as zonas de Madre-de-deus e Chácara, através do reservatório de Blúblú Velho.

Também foram realizadas campanhas de sensibilização cujo lema em 2012 era “A Água é vida, devemos poupá-la” e em 2013 “A Água é vida, usando bem não vai faltar”, sobre o uso racional da água.



Figura nº6: Campanha de sensibilização aos alunos sobre o uso racional de água
Fonte: Relat. EMAE – Dir. de Água, 2013

Para aumentar o acesso à água, a EMAE em parceria com a Câmara Distrital de Água Grande fizeram novas ligações domiciliárias, e notou-se um crescimento nas ligações dos sistemas já existentes.

Em 2012, o PAPAFA, através da sua componente reforço de ofertas dos serviços ao mundo rural, também, contribuiu para aumentar o acesso à água, através da colocação de água potável às comunidades de Bernardo Faro, Mestre António, Mato cana, Anselmo Andrade; abastecimento de água em Bem Posta, Praia de Angolares, Praia Burra, Água Telha e reabilitação do sistema de água potável em Monte Belo.

Ainda no quadro de acesso da população à água, em 2013, a Câmara Distrital de Lembá iniciou a reabilitação e construção dos sistemas de abastecimento de água para as comunidades de Ribeira Palma Sede e Roça Rosema. Construíram-se, igualmente, lavandaria na comunidade de Bom Sucesso, na cidade de Neves e um chafariz no Bairro Água Gato.

Relativamente à qualidade de água, o esforço do governo, através da EMAE centrou-se no controlo de qualidade e para o efeito no final do 2013, apetrechou e colocou em funcionamento o Laboratório instalado desde 2011.

- **Programa de Melhoria do Acesso ao Saneamento Básico**

No IV RGPH (2012) registou-se um progresso contínuo no que tange aos alojamentos com diversos tipos de instalações sanitárias. Com vista a continuar esta melhoria, as realizações do Governo durante o período em estudo, contaram com o apoio de programas já em curso, tais como PAPAFA (construíram 220 e 417 em 2012 e 2013 respectivamente) e programa de reabilitação e construções de casas no meio rural como foi citado no eixo II.

No âmbito do saneamento de meio, a Cruz Vermelha, em 2012, realizou campanhas de sensibilização para preservação do meio ambiente saudável, e como tal foram feitas limpezas às praias, nos Centros de Dia, nos quintais das casas sociais de Pantufo e no lar dos Idosos das Neves e localidades. Através de câmara de distrito de Lembá foram construídas valas de drenagens nos Bairros de Rosema e Água Tomás.

Por outro lado, com objectivo de promover a participação das organizações da sociedade civil no sistema nacional de saúde, através de desenvolvimento de actividades de iniciativas comunitárias complementares relativas a promoção dos serviços básicos de saúde, nomeadamente a diminuição do risco de doenças diarreicas provocadas pela precariedade de condições de saneamento do meio, a ONG ZATONA ADIL, juntamente com a FONG e a Câmara Distrital de Mé-zochi, com apoio do Projecto de Apoio para o Sector Social (PASS) na sua componente saúde, construíram 61 latrinas para 61 famílias. Com este resultado as mesmas melhoraram os seus conhecimentos sobre o saneamento do meio e sobre a importância da latrina melhorada tendo sido beneficiadas também com materiais de limpeza.

II.3.2 Constrangimentos do Eixo III

1. Fraca apropriação da ENRP II e por conseguinte do Eixo III,
2. Inexistência de um sistema integrado de informação inter e intra-ministerial devidamente estruturado, organizado e funcional;
3. Insuficiência de recursos financeiros e materiais para implementação dos programas previstos na ENRP II segundo a programação anual;
4. Fraco engajamento na apropriação da política e objectivo a preconizar na educação;
5. Subaproveitamento dos quadros, e falta de quadros especializados em alguns domínios;
6. O acesso ao Ensino Especial na fase embrionária;
7. Retirada do programa PAM nas cantinas escolares;
8. Ausência de continuidade de estado;
9. Dificuldades em estabelecer parceria com a TVS.

II.3.3 Conclusões e Recomendações do Eixo III

Constatou-se que no âmbito do desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos, muitas actividades foram levadas a cabo pelo governo através, do Ministério de Educação, de diversos projectos, mormente Projecto Escola +/Educação para Todos da Cooperação Portuguesa e contribuições dos demais parceiros de desenvolvimento. Melhorou-se o Ensino secundário, actuando a nível das infra-estruturas, reforçou as competências dos professores e da revisão curricular, aumentou a capacidade de gestão das escolas e promovendo um sistema mais adequado à necessidade do país e foram formados vários quadros a nível profissional e superior. Os

parceiros de desenvolvimento como OMS, UNFPA, UNICEF, Fundo Global e ONGD (IMVF) com apoio da Cooperação Portuguesa permitiram o alargamento aos cuidados preventivos e primários de saúde.

O sistema educativo conheceu um desempenho positivo com uma taxa líquida de escolarização registada de 91%.

O acesso à escola foi significativo, pelo menos é notório no ano 2012. Neste ano escolarizou-se mais de 100% de crianças no ensino básico (vide a taxa de conclusão). No âmbito da cobertura escolar foi, igualmente, mais de 100% (vide a taxa bruta de admissão).

O progresso de escolarização no ensino básico teve impacto nos ciclos seguintes. O ensino secundário aumentou a taxa da sua escolarização pelo facto de ter havido uma escolarização universal no ensino básico.

O governo deve continuar com acções direccionadas para o reforço de qualidade e da eficiência do ensino, formando professores e educadores, aumentando o nº de manuais e horas de aulas, entre outros. Quanto à acessibilidade, é de salientar, também, que continue com acções de oferta educativa, reabilitando salas de aulas e escolas e construindo salas de aulas e escolas do segundo ciclo do básico, mormente nas zonas periféricas do país; reforçando a alimentação escolar, a fim de se evitar as taxas de abandono que representou 2,4 % no 1º ciclo e 7,1% no 2º ciclo e até mesmo de repetência que foi 8,7% no 1º ciclo e 12,6% no 2º ciclo. Por fim, deve consolidar a educação especial, na verdadeira perspectiva de escola para todos.

A nível de Saúde, importa referir que o governo deve continuar com acções que permitam o desenvolvimento do sistema sanitário nos distritos com enfoque nas periferias destes de forma a continuar a melhorar a equidade e qualidade dos cuidados de saúde, eliminação do paludismo, melhorar o acesso e a cobertura de ART e profilaxia ARV para as mulheres grávidas infectadas com HIV/SIDA e deve alargar as actividades de comunicação para mudança de comportamento e testagem em todas as zonas do país, implementar cuidados obstétricos e neonatais de urgência em todas as estruturas vocacionados para a prestação de cuidados de parto no país.

Relativamente à água e saneamento, o governo deve mobilizar sinergias para melhorar o acesso e qualidade nesses domínios.

II. 4. EIXO IV - REFORÇO DA COESÃO E PROTECÇÃO SOCIAL

A coesão social é um princípio incontornável para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada, e a sua contribuição para redução da pobreza é inestimável. Porém nas condições, actuais registam-se ainda desigualdades sociais inibidoras do exercício da cidadania, por um lado, e, por outro, com consequências críticas para o desenvolvimento das crianças, a sobrevivência condigna dos idosos e a participação social dos portadores de deficiência, jovens e mulheres chefes de família que engrossam a fila dos grupos vulneráveis sem alternativas de ocupação e oportunidades de emprego que lhes permitem a melhoria das condições de vida.

Assim as acções e medidas programadas para este eixo da ENRP II visam: i) promover a identidade santomense e valorizar o património cultural nacional; ii) Garantir a igualdade e equidade de género; iii) Promover iniciativas de protecção eficaz aos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidas através de políticas de apoio a inserção social.

Para alcançar esses objectivos foram definidos os seguintes programas:

- i) Programa de valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP
- ii) Programa de promoção da igualdade e equidade de género
- iii) Programa de promoção da juventude e desporto
- iv) Programa de desenvolvimento do sistema de protecção

- **Programa de Valorização e Preservação da Identidade Histórico-cultural de STP**

Este programa visa o promover e preservar os valores éticos e morais, culturais da sociedade Santomense.

Neste domínio, durante o período em estudo, realizou-se o concurso literário Francisco José Tenreiro, realização de palestras de sensibilização nas escolas do Ensino básico e secundário, no quadro da comemoração da data de nascimento do poeta nacional Francisco João tenreiro;

Para dinamizar a implementação da lei dos direitos do autor em São Tomé e Príncipe, o governo com o apoio financeiro da OMPI enviou para formação no exterior 4 técnicos;

Com o apoio da UNESCO foi apetrechada o gabinete da comissão de preservação do Património Cultural imaterial (PCI) com vista a melhorar as condições de trabalho da equipa técnica.

Foram realizadas actividades alusivas ao dia nacional da música com actividades diversificadas pelas diferentes regiões do país, onde para o efeito a Direcção de cultura contou com a parceria da aliança Francesa e Associação dos Músicos santomenses.

O Governo tendo institucionalizado o festival anual denominado de " festival Gravana", em parceria com o sector privado tem desenvolvido acções culturais durante o mês do evento envolvendo a juventude nas actividades culturais contribuindo desta forma para preservação da cultura santomense e a promoção do turismo.

- **Programa de promoção da igualdade e equidade de género**

Para a promoção da igualdade e equidade de género, o governo com o apoio de seus parceiros (UNFPA, UNICEF, FED, PNUD e Fundo Global) através de do INPG, durante 2012 e 2013 desenvolveu várias acções visando o desenvolvimento da capacidade institucional e promoção do estatuto da mulher dentre as quais, destacam-se as seguintes:

- Revisão e actualização do documento de estratégia nacional para igualdade e equidade de género para o período 2013-2018;
- Capacitação dos quadros dos ministérios sectoriais e da sociedade civil parceiras do INPG no domínio de género;
- Acções de sensibilização utilizando os dias nacionais e internacionais dedicado à mulher, com vista a impulsionar e implementar medidas e programas que promovam a igualdade de género, combate à violência contra a mulher e a participação da mulher na vida económica da nação;
- Análises da integração do género nos documentos de políticas nacionais e sectoriais. Esta iniciativa, permitiu analisar os seguintes documentos : Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II, Política Nacional de Saúde, Carta de Política Agrícola, Carta de Política Educativa e Estratégia Participativa de Água e Saneamento. O resultado desta análise indicam que, de uma maneira geral os documentos analisados embora apresentem alguns dados desagregados por sexo, não são elaborados integrando as necessidades específicas de cada sexo, de forma que na planificação e execução das acções sejam assim consideradas; Pelo que no quadro de reforço da capacidade institucional, foram elaborados manuais de orientação para integração das questões de género nos sectores de Educação e Saúde e População.
- No quadro de Luta Contra a Violência Baseada em Género, foi elaborada a Estratégia Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género; foram realizadas sessões de advocacia junto à Prematura e Presidência da República sobre VBG; foram organizadas campanhas de sensibilização,

nos dias dedicados à mulher (Dia Mundial contra VBG, dia internacional da Mulher ; Dia da Mulher Africana, Dia da Mulher Santomense; Formação de 70 profissionais de saúde, ONGs e Polícias sobre como dar apoio as vitimas de VBG.

- Relativamente à participação da mulher nos postos de decisão, foram realizadas sessões de advocacia junto aos decisores partidos políticos visando a implementação da resolução que fixa 30% como quota mínima da participação das mulheres no parlamento e postos de decisão.

- **Programa de promoção da juventude e desporto**

Tem como objectivo potenciar a prática de desporto juvenil nas mais distintas modalidades enquanto promotor da saúde física e psicológica e Promover a integração social e profissional dos jovens.

Durante o período, realizou-se actividades de rotina, nomeadamente:

- Promoção da integração social e profissional dos jovens, durante o período o esforço do governo concentrou-se na criação de cinco oficinas de artesanato referentes a (Papel artesanal; tingimento vegetal, costura, bordado e mercearia);
- Formação em gestão de pequenos negócios, marketing e comunicação cujo resultado deu lugar a criação da cooperativa de artesãos;
- Campanhas de sensibilização sobre a saúde sexual reprodutiva nas comunidades rurais , Liceu Nacional e distribuição de 3000 caixas de preservativos, visando combater gravidez indesejada sobretudo na adolescência e prevenção de doenças;
- Realização de festivais como forma de promoção de actividades de lazer e culturais para jovens.
- No domínio de promoção do Desporto, deu-se ao inicio à reabilitação da infra-estrutura do parque ex-SENECIA;
- Aquisição de meios informáticos reforçando assim a capacidade institucional da Direcção e do Ministério de Juventude e Desporto;
- Actividades de Promoção do desporto escolar com vista a descobrir novos talentos no grupo juvenil;
- Transferências de recursos para federações e clubes desportivas com vista a promoção do desporto nacional.

- **Programa de desenvolvimento do sistema de protecção**

Este prevê melhorar a capacidade institucional de intervenção no domínio da protecção social, garantir as condições mínimas de sobrevivência aos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Para melhoria da capacidade institucional de intervenção, no domínio de Protecção Social o Governo com o apoio de UNICEF em 2013 elaborou:

- Documento de política e estratégia de protecção social nacional para um período (2013-2023), como foi previsto na ENRP II;
- Produziu vários projectos de leis, dos quais destacam-se: a lei sobre a protecção de crianças e jovens em situação de riscos; lei sobre adopção de crianças, lei de acolhimento institucional de crianças e lei sobre a justiça juvenil. As mesmas foram aprovadas pelo governo e submetidas para aprovação pela Assembleia Nacional;
- Capacitação dos quadros e agentes sociais de DPSS sobre os novos contornos de Protecção Social isto é " Protecção social como investimento no capital humano, crescimento económico inclusivo e estabilidade de Política Social";
- Com o apoio de OIT realizou-se o Projecto de luta contra o trabalho infantil, visando erradicar as piores formas de Trabalho infantil em STP. Através desse projecto que permitiu contextualizar e caracterizar a situação, foi possível também compilar e analisar o quadro jurídico, e regulamentar relativo aos direitos da criança e as diferentes iniciativas no país que visam proteger as crianças das diferentes formas de exploração.;
- Foi aprovada e publicada a lei 7/2012 sobre pessoas portadoras de deficiência.

Relativamente ao Programa de Garantia das condições mínimas de sobrevivência aos grupos mais vulneráveis da sociedade, o Governo em 2012 e 2013 deu continuidade aos programas de apoio as famílias mais carenciadas tais como:

- Programa de mães carenciadas que durante o período (2012-2013) teve uma cobertura nacional de 1.224 famílias, e consiste em transferências mensal condicionada no valor de 5,4 Euros, as mães carenciadas com mais de três filhos para que mantenham as crianças na escola;
- Programa de micro crédito a 610 mulheres com o objectivo de promover o auto emprego;

- Programa de subsídio não conhecido aos idosos. Com este programa o governo atende cerca de 2.024 idosos que não têm direito à reforma, por não terem descontado o suficiente, para beneficiarem de pensão paga pelo Instituto de Segurança Social;
- Programa de subsídio contínuo aos idosos, deficientes, órfãos e doentes crónicos. Este programa dá cobertura 1.021 pessoas nessas condições;
- Programa de cozinha social que fornece a 280 idosos carenciados um prato quente por dia nos diferentes distritos do país, incluindo a RAP através dos centros sociais com o apoio das ONG ;
- Apoio à cerca de 22 ONGs que trabalham com os grupos mais vulneráveis como lares de idosos, lares que albergam os meninos de rua, Associação dos Deficientes, etc. É de realçar que este apoio embora orçamentado anualmente, a sua disponibilização é diminuta e varia em função da disponibilidade do tesouro Público.

Ainda no quadro de Protecção Social é relevante o papel que joga Santa Casa da Misericórdia financiado pela Cooperação Portuguesa nesta vertente, dando respostas sociais nos centros de apoio à infância, centros sociais de apoio aos idosos, aos domicílios nos diferentes Distritos do País incluindo o RAP, centros comunitários, etc. A tabela nº10 abaixo reflecte os indicadores de resultados das intervenções desta instituição registado em 2012 e 2013 contribuindo assim para redução da extrema pobreza e não só, no país.

Tabela nº 11: Principais Indicadores de Resultados das Actividades da Santa Casa de Misericórdia em 2012 e 2013			
Nº	Principais Indicadores	Executado (2012)	Executado (2013)
1	Nº de postos de trabalho apoiados	87	86
2	Nº de funcionários apoiados pela formação	8	10
3	Nº total de crianças/jovens apoiadas	1.177	717
4	Nº de idosos apoiados em regimes de internato	86	86
5	Nº de idosos apoiados em regimes de externato	321	328
6	Nº de refeições servidas aos idosos nos Centros	216.108	234.048
7	Nº de refeições entregues ao domicílio	69.888	80.868
8	Nº de refeições servidas às crianças nos Centros	36.084	36.084
9	Nº de refeições efectuadas com os idosos a diversos pontos do país	8	6
10	Nº de idosos envolvidos na preparação de actividade diversas	152	162
11	Nº de jovens e crianças que participam nas diversas actividade programadas	1.293	777
12	Nº de idosos apoiados com serviços básicos de saúde	337	344
13	Nº de crianças apoiados com serviços básicos de saúde	227	166
14	Nº de cabazes distribuídos aos idosos	1.029	4.016

15	Nº de familiares que participam nas reuniões/encontros	220	200
16	Nº de familiares que participam nas formações	55	62
17	Nº de familiares que participam nas campanhas de sensibilização nas comunidades	1.184	750

Fonte : Relatório de actividades da Santa Casa de Misericórdia

II.4.2-Constrangimentos do Eixo IV

Os Principais constrangimentos apontados pelos sectores no quadro das intervenções deste eixo, prendem-se com a fraqueza institucional sobretudo na vertente de capacidade técnica dos recursos humanos e a fraca disponibilidade de recursos financeiros.

II.4.3. Conclusões e Recomendações do Eixo IV

1. Durante o período em estudo, testemunha-se a vontade do Estado com o apoio dos parceiros (UNICEF, UNFPA e Cooperação Portuguesa) em reforçar a capacidade institucional dos sectores que tem responsabilidade com este eixo. As realizações sobretudo no domínio de Promoção de Igualdade de Género, Violência Baseada em Género, protecção da criança e Protecção Social reflectem como resultados produção e actualização de documentos de política estratégias e legislações para estes sectores e capacitação técnica dos seus quadros, ONG, acompanhados de campanha de sensibilização às comunidades. No entanto, torna-se necessário dar continuidade a este esforço, mediante acções de mobilização de recursos, capacitação contínua e motivação dos quadros, no sentido se fazer uma boa aplicação desses instrumentos produzidos e desta forma obter os resultados que contribuem para a realização do objectivo estratégico preconizado.

2. A participação das ONG na realização dos programas de protecção social tem contribuído para reduzir a extrema pobreza no país pelo que é necessário que o Governo continue enveredar esforços para melhoria destas parcerias reforçando as verbas destinada aos programas de apoio realizadas pelas mesmas que participam no processo.

3. A análise da programação orçamental reflecte algum cuidado do governo em programar recursos para o eixo, mas por falta da entrada dos mesmos e sendo o eixo que visa a coesão social, constata-se que as medidas prioritárias definidas no mesmo não tiveram uma realização satisfatória, sobretudo nos domínios da juventude, desporto, e transferências para as populações mais vulneráveis.

4. Relativamente ao sector da juventude e desporto, e constatou -se que as realizações no período foram muito fracas e não respondem satisfatoriamente aos resultados esperados, pelo que recomenda-se um maior esforço nos próximos anos, sobretudo no sector da juventude cuja vulnerabilidade dessa camada da população,

contribui para perpetuar a pobreza nas suas diversas formas e reforçar as consequências desse flagelo.

5. No quadro de Protecção da criança e protecção social foram elaboradas leis que já se encontravam na Assembleia Nacional para aprovação considerando que não chegaram a ser aprovadas na legislatura cessante, torna-se necessário que o novo governo retome o processo e dinamize demarches junto a Assembleia para sua aprovação.

III. Análise de execução financeira

Após a adopção da ENRP II em Agosto de 2012, o Governo com vista a mobilização de recursos para sua implementação, elaborou o Programa de Acções Prioritárias (PAP) (2013-2016) que foi submetido aos parceiros na reunião com os doadores que teve lugar em S. Tomé em Julho de 2013.

O PAP, instrumento que operacionaliza a ENRP II, tendo sido concluído e adoptado pelo Governo meses após a elaboração do OGE 2013 não serviu de orientação para elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2012-2013.

Neste contexto, para o tratamento deste capítulo, como metodologia, foi feito o enquadramento do OGE (projectos inscritos no PIP 2012 e PIP 2013) aos diversos programas que compõem os quatro eixos da ENRP II, respeitando os objectivos de cada eixo e de cada programa. Pelo que a análise que é feita obedece a lógica de articulação dos projectos do OGE aos eixos da ENRP 2012 e 2013.

Através da tabela nº 12, elaborada pelo ORP com base nos dados disponibilizados pela Direcção de Contabilidade Pública, constatou-se que houve uma fraca execução dos recursos delineados em cada eixo da ENRP II, tendo sido 18,3% para o ano 2012 e 23,5% para o ano 2013.

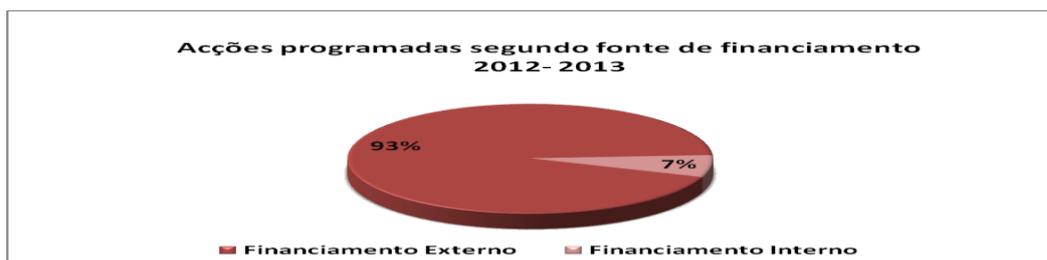
Eixo	2012			2013		
	Programação	Execução	%	Programação	Execução	%
I	163.492.381.336	80.347.553.916	49,1	286.089.920.163	82.174.567.685	28,7
II	838.230.856.694	126.575.856.576	15,1	999.652.051.339	248.568.470.781	24,9
III	485.689.393.101	60.106.562.830	12,4	460.717.400.913	95.927.706.525	20,8
IV	39.596.086.565	12.896.966.788	32,6	114.203.881.432	15.376.717.472	20,8
Total	1.527.008.717.696	279.926.940.110	18,3	1.879.284.606.952	442.047.462.463	23,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública/ORP, 2014

É de salientar que houve a preocupação inicial do governo em afectar recursos para as acções previstas na ENRP II sendo que, em 2012, os Dbs 1.527.008.717.696 (*um bilhão, quinhentos e vinte sete mil milhões, oito milhões e setecentos e dezassete mil, seiscentos e noventa e seis dobras*) representaram 54,1% do valor programado no OGE e 86,4% do PIP. De igual modo, em 2013, os Dbs. 1.879.284.606.952 (*um bilhão, oitocentos e setenta e nove mil milhões, duzentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e seis mil e novecentos e cinquenta e duas mil dobras*) corresponderam 61,6% do valor programado no OGE e 95,5% do PIP. Os valores previstos destinavam-se a financiar 222 projectos em 2012 e 409 projectos em 2013.

Entretanto, o baixo nível de execução verificada nos dois anos é reflexo de uma conjuntura política e económica externa difícil, que afectou os principais parceiros, comprometendo assim, a entrada de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para custear o OGE de 2012 e 2013.

No período em análise, mais de noventa por cento dos projectos contava com financiamento externo principalmente, na forma de donativos, enquanto que apenas 7% seriam cobertos com recursos internos (Tesouro e o Fundo HIPIC).



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública / ORP, 2014

Analisando a execução por fonte de financiamento, através da tabela nº 13, constatou-se um fraco ingresso dos recursos externos previstos para suportar o orçamento. Em 2012, apenas 15,3% dos recursos externos previstos foram canalizados enquanto que os recursos internos foram 66,3%, do mesmo modo, em 2013, os recursos externos tiveram um ingresso de 21,4% e os recursos internos 63%.

Tabela nº 13- Programação / Execução financeira segundo fonte de financiamento						
	2012			2013		
	Programação	Realização	% Realiz	Programação	Realização	% Realiz
Recursos externos	1.425.892.769.226,31	217.966.032.054,07	15,3%	1.723.107.936.853,51	368.292.454.440,22	21,4%
Donativo	952.0540172.047,80	94.893.370.435,41,41	10,0%	957.170.653.987,94	264.209.863.552,65	27,6%
Empréstimo	473.838.597.178,51	123.072.661.618,66	26,0%	765.937.282.865,57	104.082.590.897,57	13,0%
Recursos internos	100.034.028.563,60	66.224.312.473,18	66,2%	119.954.919.841,81	75.544.344.774,68	63,0%
Tesouro	73.562.428.563,60	56.103.179.489,43	76,3%	92.447.272.921,81	58.860.576.225,63	63,7%
HIPC	26.471.600.000,00	10.121.132.986,75	38,2%	27.507.646.920,00	16.683.768.549,05	60,7%
Total	1.527.008.717.696,00	279.926.940.110,00	18,3%	1.879.284.606.952,00	442.047.462.463,00	23,5%

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública /ORP

Portanto, apesar de verificar um incremento na execução financeira de 2012 para 2013, esse resultado foi pouco satisfatório e comprometeu a implementação dos programas dos diferentes eixos da ENRP II principalmente os eixos II e III, que concentraram maior fatia de recursos previstos.

O fraco nível de implementação da ENRP II, no período em análise, deveu-se principalmente ao fraco engajamento dos recursos, principalmente o externo para financiar os projectos do OGE.

IV. Mecanismo de implementação Seguimento e avaliação da ENRP

Neste capítulo analisa-se o funcionamento do Mecanismo de implementação seguimento e avaliação proposto na ENRP II, que tinha como objectivo melhorar a eficácia de implementação da ENRP e consequentemente melhorar os resultados das acções e desta feita alcançar os Objectivos programados.

Foi recomendado fazer-se uma revisão do Decreto-lei 32/2005 que criou O mecanismo institucional de implementação seguimento e avaliação da ENRP II, tendo em conta as recomendações traçadas no processo de avaliação deste, e o facto do decreto nº 9/2008 ter eliminado a figura dos pontos focais.

De acordo a recomendação foi preparado uma nova proposta de decreto-lei que foi submetida ao Governo e aguarda-se ainda pela sua aprovação.

Não existindo o quadro legal, não foi possível introduzir a figura de pontos focais sectoriais, Regional e distritais como previsto e por conseguinte a coordenação necessária para implementação, seguimento e avaliação não foi realizado.

No que concerne ao seguimento periódico programado, é necessário sublinhar que a nível sectorial não existem estruturas funcionais de planeamento, seguimento e avaliação de políticas ou projectos nos ministérios ou no poder local, também não existe um

sistema de informação que faculte as informações necessárias para produção periódica de relatórios de seguimento.

Pese embora, os esforços encetados pelo ORP junto as estruturas dos diferentes Ministérios visando colher dados e informações para a elaboração do relatório, a experiência demonstrou que há imensas dificuldades em fornecimento de informações coerentes com as acções programadas e realizadas que permita produzir relatório de progressos de implementação da ENRP. Os sectores não estão organizados para produzir e facultar as informações pertinentes e documentadas para seguimento e avaliação de qualquer intervenção salvo os casos dos projectos que contam com financiamento externo e que constitui uma exigência dos doadores e como tal prevê uma rubrica no financiamento para a produção de relatórios periódicos. Nesses casos o ORP teve acesso a uma cópia dos mesmos relatórios.

V.1. - Constrangimentos

1. Falta de decisão política na definição e assunção do Mecanismo de implementação, seguimento e avaliação da ENRP II;
2. Apropriação deficiente do Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza;
3. Meios financeiros escassos ou insuficientes para execução das acções programadas.
4. Ausência de um sistema nacional de planificação e conseqüentemente ausência de unidades de planificação e gestão sectorial (que inclua a cadeia de planificação isto é programação, orçamentação, implementação, seguimento e avaliação).
5. Fraqueza institucional (capacidade técnicas deficientes e recursos humanos desmotivados e insuficiente e carências e meios materiais), para lidar com o processo de ENRP II.

V.2. Recomendações ao Mecanismo de Seguimento e Avaliação

Face as constatações nesse domínio, recomenda-se:

- Implementação urgente do Decreto que cria a Direcção Geral de Planeamento Nacional, como forma de organizar, harmonizar e estruturar a nível nacional o sistema de planificação (planificação, implementação, seguimento e avaliação);
- Formação e capacitação dos recursos humanos para as diferentes estruturas do sistema de planificação, a nível central, sectorial, Regional e distrital;
- Criação e/ou reforço dos departamento de estatísticas em todos os sectores;
- Apropriação pelo governo do sistema Nacional de planificação.

- Que seja mobilizado recursos necessários para implementação efectiva das acções e medidas prioritárias contempladas no PAP 2013-2016.

V. Conclusões e Recomendações Gerais

Da análise feita conclui-se que houve um esforço do Governo em realizar os programas previstos nos diferentes eixos com vista ao cumprimento dos objectivos plasmados na ENRP II, não obstante o contexto Político, económico e social interno reinante durante o período, o que justifica em certa medida os constrangimentos identificados pelos diferentes sectores responsáveis pela implementação das medidas e acções, já retratado ao longo dos eixos.

VII. ANEXOS:

II.1. Anexo I. Evolução dos Indicadores da ENRP II

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo I- Reforma da Instituição e Reforço Política de Boa Governação							
1	Tempo médio de resolução de casos judiciais	nd		nd	MJEE/Tribunais	3/6meses	Min. Justiça
2	% Crianças registadas menos de um mês no país	100		nd		94,6	Min. Justiça
4	Nº de sectores com instrumentos de planeamento estratégico	8	DGP (2011)			Nd	
5	Nº de serviços público na rede do Estado	nd			INIC		
6	Nível de cumprimento do Plano de Acção da Governação Electronica (%)	nd				Nd	
7	Nível de cumprimento do Plano de Acção do SAFE (%)						
8	Nº de unidade Gestoras FP conectada no SAFE %	0			INIC/DTEI		
9	PIB/ habitante	USD 1.017	INE (2010)				
10	Taxa de inflação anual		INE (2011)	4	INE		
11	IDH	0,488	Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)	nd		0,525	Relatório de Desenvolvimento Humano (2013)
12	Rang IDH	127	Relatório de	nd		144	Relatório de

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
			Desenvolvimento Humano (2010)				Desenvolvimento Humano (2013)
13	Taxa de Crescimento real do PIB	4,9	INE (2011)	6			
14	Despesas de investimento público em % do PIB	62,5	FMI (2011)				
15	Taxa de inflação anual	13	INE (2010)				INE 2013
16	Reservas cambiais (meses de importação)	4,3	BCSTP (2010)				
17	APD em % do PIB	29	DT (2010)				DT 2013
18	Taxa de desemprego	13,9	INE (2010)		INE	13,6	RGPH 2012
Eixo I- Reforma da Instituição e Reforço Política de Boa Governação							
19	Taxa de crescimento efetivo da população	1,77	Projeções Demográficas de STP no Horizonte 2025	1,8	INE	2,45	RGPH 2012
20	Revisão das leis sobre a descentralização					nd	
21	Grau de participação dos cidadãos nos assuntos de Estado	Fraco			Órgãos de Soberania	nd	
22	Grau de adesão da Sociedade civil as iniciativas de interesse económico, social e cultural	Razoável			Governo & Parceiro de Desenvolvimento	nd	
23	Extensão da cobertura radiofónica e televisiva	Boa			Governo	Boa	
24	Garantia da liberdade de imprensa	Boa			Governo		
25	Acesso aos meios de comunicação	Bom			Governo		
26	Linha telemóveis exploradas	18 424	STP-CST-2007	nd		nd	
27	Nº de utilizadores de telefone fixo por 1000 habitantes	48	STP-CST-2007	nd	INE	nd	
28	Nº de utilizadores de telefone móvel por 1000 habitantes	503	STP-CST-2007	nd	INE		

29	Percentagem de agregados que dispõem de um aparelho de rádio	64,5	IDS (2008-2009)	nd	INE	52,4%	RGPH 2012
30	Percentagem de agregados que dispõem de um aparelho de TV	49,4	IDS (2008-2009)	nd	INE	54,1%	RGPH 2012
31	Percentagem de agregados familiares que dispõem de telefone fixo	9,1	IDS (2008-2009)	nd	INE	7,6%	RGPH 2012
32	Percentagem de agregados familiares que dispõem de telemóvel	48,7	IDS (2008-2009)	nd	INE	73,8%	RGPH 2012
33	Taxa de população com acesso a internet	21,8	STP-CST-2007	nd			

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
34	% Do sector agrícola no PIB	11,6	STP-INE-2009		MPD-DGA		
35	Evolução da produção do cacau (Ton)	2302,63	STP-INE-2010		MPD-DGA		
36	Evolução da produção do café (Ton)	12,8	STP-MADRP-2007				
37	Evolução da produção da pimenta (Ton)	1,7	STP-MADRP-2007				
38	Produção de raízes e tubérculos (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
39	Produção de frutas (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
40	Produção de cereais (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
41	Produção de legumes (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
42	Km de caminhos rurais reabilitados	nd					
43	Área irrigada (há)	nd			MPD-DGA	nd	
44	Área de florestas (há)	30	OMD-2009		MPD-D. Florestas		
45	Produção de carnes (Ton)						

46	Captura de pescado (Ton)	4827	Boletim estatístico- Evolução de captura de STP2001-2010				
47	% da população activa que vive da pesca	6,8	Boletim estatístico- Dados da INE- Cálculos da DGP				
48	Pesca artesanal/semi-industrial (Ton)	4000	Plano Director da Pesca-2010				
49	Pesca industrial (Ton)	2300	Plano Director da Pesca-2010				
50	Exportação (Ton) (80% pesca industrial)	1840	Plano Director da Pesca-2010				
51	Consumo per capital (KG)	24,5	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pesca/MSAS- CS		
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
52	Nº de pescadores artesanal (unidade)	2500	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pescas		
53	Captura por embarcação (Ton)	1,9	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pescas		
54	Nº de pessoas que dependem directa e indirectamente da pesca	nd					
55	Nº de unidade de transformação e conservação	nd			MPD-DP		
56	% De contribuição do sector industrial no PIB	9,5	STP-INE-2009		MPD-D. Industrial		
57	Nº de turista que visitam STP	7,962	Serviços de Migração e Fronteira-2010	14.726			
58	Nº de instalações turísticas graduadas	20	Relatório da DTH- 2011		MDP-DTH		
59	Nº de instituições financeiro no país	8	Relatório de BCSTP	8	BCSTP		
60	Ranking de STP no relatório "Doing Business"	163	Doing Business 2012				
61	% Da contribuição do sector comercio no PIB	25	STP-INE-2009				

62	Taxa de crescimento das importações (%)	7,6	STP-INE-2010				
63	Taxa de crescimento das exportações (%) 5,7		STP-INE-2010				
64	Nº de acordos de adesão comerciais e internacionais engajados	16	STP-INE-2010	19	MTCI/MNEC	16	Memorando do regime sobre o comércio exterior de STP
65	Nº de dispositivos legais do quadro regulador do comércio	4	STP-INE-2010	12	MTCI/MJ	6	D.L 7/2004, D.L 13/2004, 11/2011, 14/2012
66	Nº de operadores económicos agregados pela Inspeção	2993	STP-INE-2010	250	MTCI	150	Base de dados da Direcção do comércio
67	Nº Km de estrada nacional asfaltada	8,42	INAE (2006)	20	INAE	6,4	Relatórios anuais do INAE e ESAF
68	Nº Km de estrada asfaltadas reabilitadas	1	INAE (2006)	52,4	INAE	6,7	Relatórios anuais do INAE e ESEF
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
69	Km de pistas rurais construídas	1,1	INAE (2006)	0,0	INAE	0,0	Relatórios anuais do INAE e ESEF
70	Km de pistas rurais reabilitadas	27	INAE (2006)	15,9	INAE	3,1	Relatórios anuais do INAE e ESEF
71	Km de estradas mantidas pelo GIME	1100	INAE (2006)	1.100	INAE	1.100	Relatórios anuais do INAE e ESEF
72	Km de pista em calçada construídas	2,4	INAE (2006)	3,4	INAE	0,5	Relatórios anuais do INAE e ESEF
72	Nº de clientes de electricidade (Mil)	25	Relatório conta EMAE-2011	29.2	EMAE		
73	Taxa de cobertura de electricidade (%)	60,7	INAE (2009)		EMAE		
74	% De população no meio urbano com acesso a electricidade	72,9	INAE (2009)		MPD/OPRN/EMA E		
75	% De população no meio rural com acesso a electricidade	48,1	INAE (2009)		MPD/OPRN/EMA E		
76	% Da produção em energia renováveis asseguradas	5			MOPRN		

77	Contribuição do sector primário no PIB (%)	17	STP-INE-2009		MPD/DGA	nd	
78	Nº de áreas protegidas (terrestre e marinhas)	Nd			Dir. Parque Obô	2	Plano de gestão de Parque
34	% Do sector agrícola no PIB	11,6	STP-INE-2009		MPD-DGA		
35	Evolução da produção do cacau (Ton)	2302,63	STP-INE-2010		MPD-DGA		
36	Evolução da produção do café (Ton)	12,8	STP-MADRP-2007				
37	Evolução da produção da pimenta (Ton)	1,7	STP-MADRP-2007				
38	Produção de raízes e tubérculos (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
39	Produção de frutas (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
40	Produção de cereais (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
41	Produção de legumes (Ton)	nd			MPD-DGA	nd	
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
42	Km de caminhos rurais reabilitados	nd					
43	Área irrigada (há)	nd			MPD-DGA	nd	
44	Área de florestas (há)	30	OMD-2009		MPD-D. Florestas		
45	Produção de carnes (Ton)						
46	Captura de pescado (Ton)	4827	Boletim estatístico- Evolução de captura de STP2001-2010				
47	% da população activa que vive da pesca	6,8	Boletim estatístico- Dados da INE- Cálculos da DGP				
48	Pesca artesanal/semi-industrial (Ton)	4000	Plano Director da Pesca-2010				
49	Pesca industrial (Ton)	2300	Plano Director da Pesca-2010				

50	Exportação (Ton) (80% pesca industrial)	1840	Plano Director da Pesca-2010				
51	Consumo per capital (KG)	24,5	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pesca/MSAS-DCS		
52	Nº de pescadores artesanal (unidade)	2500	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pescas		
53	Captura por embarcação (Ton)	1,9	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pescas		
55	Nº de pessoas que dependem directa e indirectamente da pesca	nd					
56	Nº de unidade de transformação e conservação	nd			MPD-DP		
57	% De contribuição do sector industrial no PIB	9,5	STP-INE-2009		MPD-D. Industrial		
58	Nº de turista que visitam STP	7,962	Serviços de Migração e Fronteira-2010	14.726			
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
59	Nº de instalações turísticas graduadas	20	Relatório da DTH-2011		MDP-DTH		
60	Nº de instituições financeiro no país	8	Relatório de BCSTP	8	BCSTP		
60	Ranking de STP no relatório "Doing Business"	163	Doing Business 2012				
61	% Da contribuição do sector comercio no PIB	25	STP-INE-2009				
62	Taxa de crescimento das importações (%)	7,6	STP-INE-2010				
63	Taxa de crescimento das exportações (%) 5,7		STP-INE-2010				
64	Nº de acordos de adesão comerciais e internacionais engajados	16	STP-INE-2010	19	MTCI/MNEC	16	Memorando do regime sobre o comércio exterior de STP
65	Nº de dispositivos legais do quadro regulador do comércio	4	STP-INE-2010	12	MTCI/MJ	6	D.L 7/2004, D.L 13/2004, 11/2011, 14/2012
66	Nº de operadores económicos agregados pela Inspeção	2993	STP-INE-2010	250	MTCI	150	Base de dados da Direcção do comércio

67	Nº Km de estrada nacional asfaltada	8,42	INAE (2006)	20	INAE	6,4	Relatórios anuais do INAE e ESAF
68	Nº Km de estrada asfaltadas reabilitadas	1	INAE (2006)	52,4	INAE	6,7	Relatórios anuais do INAE e ESEF
69	Km de pistas rurais construídas	1,1	INAE (2006)	0,0	INAE	0,0	Relatórios anuais do INAE e ESEF
70	Km de pistas rurais reabilitadas	27	INAE (2006)	15,9	INAE	3,1	Relatórios anuais do INAE e ESEF
71	Km de estradas mantidas pelo GIME	1100	INAE (2006)	1.100	INAE	1.100	Relatórios anuais do INAE e ESEF
72	Km de pista em calçada construídas	2,4	INAE (2006)	3,4	INAE	0,5	Relatórios anuais do INAE e ESEF
72	Nº de clientes de electricidade (Mil)	25	Relatório conta EMAE-2011	29.2	EMAE		
73	Taxa de cobertura de electricidade (%)	60,7	INAE (2009)		EMAE		
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
75	% De população no meio rural com acesso a electricidade	48,1	AE (2009)		MPD/OPRN/EMA E		
76	% Da produção em energia renováveis asseguradas	5			MOPRN		
77	Contribuição do sector primário no PIB (%)	17	STP-INE-2009		MPD/DGA	nd	
78	Nº de áreas protegidas (terrestre e marinhas)	Nd			Dir. Parque Obô	2	Plano de gestão de Parque

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização		
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013		Meios de verificação /fontes
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos								
79	Taxa bruta de admissão no ensino básico	117	STPMECF-2009		MECF	121,80		DPIE/DE
80	Taxa líquida de escolarização no ensino básico	118	Direcção de Estatística (2010/11)	111	MECF	99,1%		DPIE/DE
81	Taxa de abandono no ensino básico	2	Eixo III-2009-2010	1	MECF	3,6%		DPIE/DE
82	Taxa de conclusão no ensino básico	86	Direcção de Estatística (2010/11)	92	MECF	104,1%		DPIE/DE
83	Taxa de repetência no ensino básico	12	Direcção de Estatística (2010/11)	10	MECF	11,6%		DPIE/DE
84	Taxa de promoção no ensino básico	87	Direcção de Estatística (2010/11)	89	MECF	85%		DPIE/DE
85	% de professor do ensino básico com formação específica	40	Direcção de Estatística (2010/11)	64	MECF	39%		DPIE/DE
86	Taxa de escolarização das raparigas no ensino básico	50	Direcção de Estatística (2010/11)	50	MECF	98,4%		DPIE/DE
87	Taxa bruta de admissão no ensino Secundário	84	Direcção de Estatística (2010/11)	87	MECF	80,10%		DPIE/DE
88	Taxa bruta de escolarização no ensino técnico	590	Direcção de Estatística (2010/11)	954	MECF	610/100 mil Hab		DPIE/DE
89	Taxa de promoção no ensino secundário	56	Direcção de Estatística (2010/11)	65	MECF	67%		DPIE/DE
90	% de repetência no ensino secundário	20	Direcção de Estatística (2010/11)	17	MECF	14%		DPIE/DE
91	Rácio alunos turmas no ensino secundário	54	Direcção de Estatística (2010/11)	49	MECF	50		DPIE/DE
92	% de abandono no ensino secundário	24	Direcção de Estatística (2010/11)	18	MECF	19%		DPIE/DE
93	Taxa de alfabetismo	89,1	INE (2005)		MECF	90%-INE 2012)		DPIE/DE

94	Nº de aluno beneficiado com bolsas de estudos interna no ensino superior	253	Direcção de Estatística (2010/11)	752	MECF	542		DPIE/DE
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização		
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2012	2013	Níveis de referência
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos								
95	Nº de aluno beneficiados com bolsas de estudos no exterior	708	Direcção de Estatística (2010/11)	465	MECF	321		DPIE/DE
96	Estudantes no ensino superior por 100 habitantes	956	Direcção de Estatística (2010/11)	1214	MECF	1416/100 Hab		DPIE/DE
97	Taxa bruta de escolarização no ensino superior	766	STPMECF_2009		MECF	7,5%		DPIE/DE
98	Nº de estruturas de formação profissional	5	Direcção de Estatística (2010/11)	7	MECF	2		DPIE/DE
99	% de despesas com educação no OGE	11,6	STPMECF_2009		MECF			DPIE/DE
100	Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos	63	IDS-STP;2008-2009	50%				
101	Taxa de mortalidade infantil	38	IDS-STP;2008-2009	25%				
102	Taxa de mortalidade materna	158	IDS-STP;2008-2009				78,4/10000	
103	Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde	94,6	MS-SR;2008	95%			84%	
104	% de unidade sanitárias que oferece pelo menos cinco serviços de cuidados de SR(PR cuidados pré e pós natal prevenção, ISTs e gestão VB)	86,4	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	88%			97,40%	
105	% Unidade sanitária que oferece serviços de SR integrados aos jovens e adolescentes	75,6	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	85%			97,40%	
106	% Unidade sanitária (nível distrital) oferece Cuidados Obstétricos Básicos de qualidade	75	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	75%			16,20%	
107	% Pessoal saúde por distrito e por posto de saúde que tenha beneficiado pelo menos uma actividades de formação	97	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	98%				

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização		
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2012	2013	Níveis de referência
108	% De população c/ acesso aos serviços saúde <30 min	74,1	QUIBB-2005					
109	Rácio médico/ habitante	2300	MS-SR;2008	2743			62	
110	Rácio enfermeira/habitante	908	MS-SR;2008	368			339	
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos								
111	Taxa de incidência do paludismo	22,3/1000	IDS-STP;2008-2009		MSAS			
112	Taxa de mortalidade do paludismo	0,14/1000	IDS-STP;2008-2009					
113	Unidades sanitárias que prestam cuidado de saúde materna	72,9	STP-CPAP-2009	90				
114	Índice sintético de fecundidade	3,7	Projeções Democráticas de STP no horizonte 2025	3,56				
115	Taxa de cobertura vacinal	77	IDS-STP;2008-2009	82%				
116	Taxa de incidência de tuberculose	77	OMD6-2009				80*	
117	Taxa de prevalência por tuberculose		OMD6-2009				154*	
118	Taxa de mortalidade por tuberculose	0,04	STP-INE-2007					
119	Nº de Agentes de Saúde comunitário orientados e prestado serviços ativamente	170	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	192			105	
120	% De mulheres grávidas com teste do VIH	98	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	98%			100%	
121	% De mulheres infectadas com VIH recebendo ARV para reduzir risco de transmissão de mãe para filho	70	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	85%			75%	
122	% Unidade sanitária oferecendo aconselhamento e testagem voluntária (ATV)	91,80%	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	98%			100%	
123	Taxa de prevalência do HIV/SIDA nas mulheres grávidas frequentado consulta pré natal	0,6	STP_CPAP_2009	1,5			0,30%	
124	Nº de associação e ONG's activa na luta contra VIH/SIDA	8	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	10	MSAS		5	

125	Proporção de pessoas que fazem tratamento anti retroviral						56,60%		
126	Taxa de prevalência contraceptiva	38,5	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010				n.d		
Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização			
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2012	2013	Meios de verificação /fontes	
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos									
127	Taxa de prevalência do HIV positivas em vida após 12 meses de (ATV)	12%	Iniciativa OMS da União Europeia						
128	Esperança de vida a nascença	67,2	STP-INE-2008	68,6%					
129	% De despesas da saúde no OGE	10		10%					
130	Taxa de desnutrição crónica de crianças menores de 5 anos	8,5	IDS-STP;2008-2009		MSA/MPD		nd		
131	% De alojamentos com acesso aos serviços de recolha de lixo	nd							
132	% De alojamentos que têm fossa séptica e ligada a rede de esgotos	nd			INE 2012		18%	RGPH 2012	
133	% De alojamento com latrinas e saneamento básico (%)	29,7	QUIBB-2005		INE 2012		25%	RGPH 2012	
134	% De pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas rurais	12	**EPAS-STP-2030						
135	% de pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas urbanas	57	**EPAS-STP-2030						

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2013		2013	Meios de verificação /fontes
Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social							
136	Taxa de desemprego (H+M)	13,9	STP_INE_2008		INE 2012	13,6%	RGPH 2012
137	Taxa de desemprego Homem				INE 2012	9,3%	RGPH 2012
138	Taxa de desemprego Mulher				INE 2012	19,7%	RGPH 2012
139	Áreas históricas reabilitadas	nd					
140	Nº de beneficiários da pensão social	nd					
141	Nº de estudantes oriundos das famílias carentes beneficiadas com formação	nd					
142	Nº de associações comunitárias e ONG's apoiadas pelo Governo	nd					
143	Nº de centro dia/ lares de acolhimento apoiadas	nd					
144	Nº de agentes sociais formados e operacionais	nd					
145	Nº de crianças em situação de risco acolhidas em instituições vocacionadas	nd				nd	
146	Nº de casos de denúncias por violação dos direitos das crianças recebidos	nd				Nd	
147	% De famílias abaixo do limiar da pobreza chefiada por mulheres		STP-INE-2006			nd	IOF 2010
148	% De famílias chefiadas por mulheres	38	IOF-2010		MPD/MFCI	41,2	RGPH 2012
149	Nº de carenciados beneficiados do patrocínio jurídico	nd					
150	Política nacional de habitação elaborada	nd			Dir. Habitação	nd	

VII.2. Anexo II: Evolução da Matriz de medidas

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013	
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação					
1. Adequar e modernizar o aparelho e estado às necessidades e aos recursos do país	7.1.1. Reestruturação e Modernização das instituições do Estado e da Administração Pública	1. Melhorar o desempenho dos serviços da administração pública	1. Criar um conselho nacional e um gabinete técnico pluridisciplinar para a reforma do estado	Inexistente	
			2. Reorganizar e modernizar a Assembleia Nacional	Não teve inicio	
			3. Informatizar os serviços de Estado	Processo lento e desarticulado	
		2. Aprofundar a descentralização e desconcentração das instituições Públicas	4. Desburocratizar os serviços e simplificar os procedimentos	Processo lento e falta de uma estrutura para tal	
			5. Racionalizar os recursos e elevar a produtividade e a eficiência do trabalho	Ausência de uma estratégia	
			6. Introduzir sistemas de avaliação dos serviços públicos	Sistema de Avaliação inexistente	
	7.1.2 Promoção da governação Local	1. Reforçar e melhorar a capacidade de intervenção das instituições do poder local	1- Promover iniciativas de revisão da divisão política administrativa	Iniciativa actualmente inexistente	
			2. Administração local mais próxima dos cidadãos e conhecedora da realidade local	2- Actualizar a lei de finanças locais e outras disposições legais que não coadunam com a exigência actual	Iniciativas inexistentes
				3- Melhorar acesso a poder local aos recursos financeiros e	Ausência de qualquer estratégia

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
			promover a gestão eficiente e eficaz	
	7.1.3. Promoção da Defesa Nacional	1. Preservar a integridade territorial nacional e lutar contra a insegurança e a criminalidade transfronteiriço e a proliferação de armas ligeiras	1- Descentralizar os serviços das unidades militares, através de reabilitação e construção de novas infra-estruturas	Reabilitou-se o Edifício do Comando Regional do Príncipe. (1ª parte)
			2- Promoção de capital humano, através de acções de formação e capacitação, interna e externa com o apoio dos parceiros de cooperação nos domínios das operações de salvamento e segurança marítima	Capacitação do Pessoal. Através de seminários interno e externos
			3- Promover a participação de forças armadas em operações de ajuda humanitárias, conduzindo sob égide de Organização de Nações Unidas (ONU), e no âmbito de União Africana (UA), nas comunidades de Estado de África Central (CEAC) e nova parceria para o desenvolvimento de África (NPDA)	Participações nas reuniões da CEAC... Reuniões ao nível da CPLP.....
			4- Adopção do mecanismo que possibilitem a participação de Força Armadas no combate à pirataria marítima e assalto à arma aos navios e plataforma petrolíferas, em operações multinacional	Participação de forças armadas em acções de treino na sub-região de golfo da Guiné
			5- Expansão da área e vigilância e controlo do mar, visando a protecção de recursos e operações de salvamento no mar	Fraco nível de vigilância
			6- Implementar mecanismos que visem o controlo efectivo do uso de armas, munições e outros engenhos explosivos, procedendo a recolha das que estejam em situação ilegal	Realização de seminários e sensibilizações...

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
	7.1.4. Garantia da Segurança Pública	1. Garantir a segurança de pessoa e dos seus bens com vista a assegurar a paz e a tranquilidade indispensáveis ao processo de desenvolvimento socioeconómico do país	1- Promoção de capital humano das forças de segurança pública	Em curso
		2. Garantir uma polícia de proximidade às populações e garantir a tranquilidade e ordem pública	2- Reforço de seguranças pessoais e bens de Estado	Acções e sensibilizações
		3. Combater o crime organizado e o tráfico tanto de pessoas como de estupefacientes	3- Intensificação e intervenções proactivas e reforço de medidas de policiamento de proximidade	Implementação do projecto de Policiamento de proximidade
		4. Melhorar a imagem das forças de polícia perante os cidadãos e a sociedade	4- Criação de condições que concorram para a prevenção e combate de incêndio e outras calamidades	Organização interna dos serviços
2. Promover o envolvimento participativo do sector privado e da sociedade civil na conceção e execução da medida e combate á	7.1.5. Reforma do Sistema Eleitoral	1. Melhorar as actividades políticas e eleitorais	1- Revisão da lei eleitoral e financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais	Leis eleitoral e revista e não promulgadas
		2. As práticas de compra de votos dos cidadãos		
	7.1.6. Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça	1. Os Tribunais e outras instituições judiciais dotados de meios humanos, de instrumentos jurídicos modernos e ajustado a realidade do país	1- Actualizar e adaptar o quadro legislativo Santomense á realidade actual	Processo em curso com leis revista

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013	
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação					
pobreza		2. Uma justiça credível, eficaz e acessível ao público	2- Melhorar a organização e a funcionalidade de tribunais e das outras instituições judiciais	Ausência de estratégia e de POA para o efeito	
			3- Dotar os Tribunais e Ministério Público de um número suficiente de juizes e magistrados, com base na complexidade dos serviços, e em conformidade com a nova Lei Base do Sistema Judiciário	Processo em curso, mas lento	
			4- Criar uma Delegação da Polícia de Investigação Criminal (PIC) na Região Autónoma do Príncipe	Processo na fase de consolidação	
	7.1.7. Capacitação contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública	1. Formar e capacitar todos servidores da Administração Pública	1- Criar uma unidade central responsável pela Formação dos funcionários públicos	Inexistente até a data	
			2- Elaborar um programa nacional de capacitação dos funcionários públicos	Inexistente	
			3- Rever e actualizar o Estatuto da Função Pública	Processo não conhecido	
			4- Elaborar e implementar um Plano de cargos, carreiras e salários	Inexistente	
			5- Promover a reconversão profissional do pessoal excedentário	Ausência de estratégia e tem POA para o efeito	
			6- Introduzir sistemas de avaliação dos funcionários públicos com base em objectivos concretos e mérito	Sistema inexistente	
7- Elaborar, com carácter urgente, estudos sobre a análise e descrição de funções e cargos em todos os sectores da			Estudo inexistente		

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013	
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação					
3. Garantir e eficiência e a qualidade da prestação dos serviços da administração pública			administração central de Estado		
			8- Elaborar estudos, tendo em vista a alteração do actual horário de trabalho da função pública	Estudo inexistente	
			9- Proceder a revisão do sistema de remuneração na administração pública	Em curso	
	7.2.1. Gestão das Finanças Públicas			1- Reforçar o mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro	Existência de legalização e falta de acompanhamento
				2- Garantir a eficácia e a transparência na utilização dos recursos, reorientando as despesas para os sectores com impacto directo na redução da pobreza	Ausência de estratégia de reorientação das despesas para os sectores com impacto directo na redução da pobreza
				3- Vulgarizar, através dos meios de comunicação social e outros, a importância e necessidade de responsabilidade, transparência e prestação de contas respeitantes à gestão da coisa pública	Ausência de estratégia de comunicação e sensibilização para o efeito
				4- Reforçar os mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do Orçamento Geral de Estado, considerando que as opções orçamentais deverão incidir em acções estratégicas de redução da pobreza	Ausência de mecanismo estatal de mobilização
				5- Promover a responsabilidade e prestação periódica de contas nos serviços de cobrança de receitas do Estado	Inexistência de práticas de responsabilização
				6- Elaborar o quadro de despesas de médio prazo	Processo iniciado e pouco apropriado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
	7.2.2. Melhoria da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	1. Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos	1- Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos	Processo iniciado num pouco apropriado pela administração
		2. Melhorar a capacidade nacional em gestão dos programas de desenvolvimento socioeconómico	2- Alinhar APD às prioridades de desenvolvimento nacionais, de forma que os mesmos sejam usados adequadamente para alavancar o desenvolvimento	Em curso
		3. Melhoria global da coordenação dos doadores	3-Reforçar a articulação entre o Gabinete de Coordenação e Gestão de Ajudas, Direcção de Cooperação Internacional, Direcção Geral de Planeamento, Direcção de Orçamento e Tesouro, para uma melhor coordenação na programação, implementação, mobilização e controlo dos recursos externos	Estorção estão a ser dispensada para garantir a articulação entre os diferente intervenção na APD
			4- Criar um sistema integrado de informação sobre a APD e dívida pública	Em curso
			6. Elaborar uma estratégia da dívida pública	Estratégia elaborada e disponível
7.2.3. Melhoria do sistema de informação e orientação de política pública		1- Garantir e apoiar na recolha e tratamento das estatísticas económicas, sociais e demográficos, e o seguimento dos indicadores da pobreza, e dos OMD	Insuficiência de recurso financeiro e pessoal de produto treinamento para garantir e apoiar na recolha e tratamento das estatísticas económicas, sociais e demográficos e o seguimento dos indicadores da pobreza, e dos OMD	
		2- Assegurar a coordenação estatística, e a difusão dos resultados dos inquéritos e recenseamentos	Assegurado	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
			3- Seguir e avaliar as estratégias globais e sectoriais do País	Mobilizado em curso, mas lenta
			4- Dispor de um sistema de informação fiáveis, nomeadamente económicas, sociais, demográficas, técnicas e outras	Em curso através da operação da STP INFO
			5- Melhorar a produção e difusão de informação estatísticas	Processo em curso, mas acusa grande certidão
	7.3.1. Acessibilidade da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	1. Assegurar um bom ambiente para o desenvolvimento do TIC	1- Disponibilizar infraestruturas necessárias para um acesso alargado às TIC	Processo moroso, e desarticulado
		2. Promover a utilização das TIC na educação e saúde	2. Promover a utilização das TIC nos serviços públicos, particularmente nos sectores da educação e da saúde	Processo pouco visível e desarticulado
		3. Reduzir o custo da comunicação telefónica no seio da administração pública	3. Garantir uma troca de experiência e assegurar uma cooperação bilateral e multilateral no domínio das TIC	Em curso, mas de forma desarticulado
		4. Generalizar a utilização das TIC tanto na administração central, como na regional e local de forma a reduzir o tempo de tratamento dos dossiers e de papel	4. Generalizar a utilização das TIC tanto na administração central, como na regional e local de forma a reduzir o tempo de tratamento dos dossiers e gastos com papel	
		5. Potencializar os serviços públicos através do uso das tecnologias de informação e comunicação		Ausência de uma estratégia humanizada
		6. Técnicos de INIC capacitados para desenvolver conteúdos digitais para os projectos de STP EM REDE		Em curso
		7. Integrar a informática no curriculum		Em curso, sobre um nível secundário

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
		escolar e integrar as TICs no processo de ensino aprendizagem		
4. Renovar o quadro de diálogo e concentração com os parceiros de desenvolvimento com base na declaração do Paris	7.3.2. Promoção dos Mass Medias	1. Programas televisivos e radiofónicos melhorados e cobrindo todo território nacional, em condições nítidas	1- Melhorar o quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão jornalística	Existência do estatuto dos jornalistas
		2. Garantir a cobertura da imprensa escrita, tanto na distribuição com no conteúdo em 90% do território nacional	2- Reforçar as capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social	Falta de recursos humanos capacitados, meios técnicos e tecnológicos
		3. Transformar a RNSTP e TVS numa empresa pública	3- Facilitar iniciativas de criação de órgãos de comunicação social privado	Existência de quadro legal necessária
		4. Assegurar um serviço público de imprensa independente dos interesses de grupos económicos e políticos	4- Apoiar a criação e dinamização de programas culturais, educativos e de divulgação das ciências e tecnologia	Inexistente
		5. Substituir o sistema analógico por sistema digital na TVS		Existência de projecto, mas carecendo de recurso financeiro
		6. Dotar os serviços da Rádio e da Televisão de meios legais e com equipamentos modernos a alturas dos desafios		Quadro legal não aplicado e ausência de equipamentos modernos
			1. Ampliar o envolvimento da sociedade civil nas decisões políticas que afetam as suas vidas e promoção da participação e o fortalecimento da democracia	1- Melhorar o diálogo com a sociedade civil organizada, em particular sobre questões que requerem consenso a todos os níveis para o reforço da boa governação
		2. Melhorar o diálogo com a sociedade civil	2- Prosseguir no esforço do reforço das capacidades	Existência de apoio esporádicos

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
		organizada, em particular sobre questões que requerem consenso a todos os níveis para o reforço da boa governação	técnicas e de organização das representações da Sociedade Civil através de apoios concretos nos domínios	
	7.3.3. Promoção da Sociedade Civil e do seu envolvimento participativo		3- Desenvolver uma estratégia de comparticipação das ONGs nas intervenções prioridades da estratégia de redução da pobreza	Fraca implicação das ONG's na implementação de POA e da ENRP
			4- Promover uma maior participação e envolvimento da sociedade civil organizada, tanto no processo de elaboração de instrumentos jurídicos, com de políticas e sua implementação, seguimento e avaliação	Pouco envolvimento da sociedade civil no processo de elaboração de instrumentos jurídicos, com de políticas e sua implementação, seguimento e avaliação

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
1. Promover o desenvolvimento do sector primário como fator de aumento da produção nacional, da criação de emprego e do relançamento do sector económico	8.1.1. Fomento da produção e produtividade das culturas de exportação	1. Aumentar a produção e diversificação de culturas alimentares e de subsistência para o consumo interno e a garantia da segurança alimentar e nutricional das populações, bem como a diversificação e promoção das culturas de exportações, de modo a aumentar o rendimento nacional e reduzir a dependência externa. E ainda, fomentar a transformação, conservação e comercialização de produtos agrícolas	1. Descentralizar os Serviços Públicos da Agricultura	Descentralizada efectuada. Falta humanos, Técnicos, tecnologia efetivo
			2- Melhorar rede de abastecimento dos factores de produção	Rede inadaptada
			4- Promover e organizar circuitos de comercialização de produtores em fileiras	Inexistente
			5- Concertar sobre medidas legislativas de combate ao roubo nas propriedades agrícolas	Existência de código penal do processo de controlo do uso da terra
			6- Reiniciar o processo de controlo do uso das terras distribuídas nos âmbitos da reforma agrária	Ausência de estratégia e de controlo consequente do uso de terra
			7- Promover a produção e a garantia de qualidade dos produtos de origem vegetal e seus derivados, no âmbito da segurança alimentar nacional	Acções ocasionais e desarticulados tem sido levado a cabo
			9- Reforço institucional do centro de investigação existente para o acompanhamento científico e técnico do desenvolvimento agrícola	Em curso, mas cujo maiores investimentos no seu capital humano, técnico e tecnologia
			10- Promover uma política de microcrédito ao sector agrícola	Inexistente

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			11- Adotar um sistema integrado de controlo de pragas e doenças	Inexistente
			12- Promover acções conducentes ao surgimento a o fortalecimento de cooperativas agropecuárias	Inexistente
			13 -Reforçar o título de direito de propriedade de terra	Ausência de iniciativas
		1. Contribuir para aumentar significativamente a produção e a produtividade dos efeitos pecuário, e consequentemente melhorar a dieta alimentar como	1- Reforçar a capacidade institucional da Direcção de Pecuária (DP) com recursos humanos e financeiros para apoiar o desenvolvimento do subsector	Foi reabilitado o edifício da Direcção da pecuária, do edifício de Serviço de Inspeção Veterinária, da pista de matadouro do Príncipe e do matadouro de S. Tomé. Foi feita a aquisição de computadores para escritório, computadores portáteis, retroprojetores, impressoras e máquinas fotográficas. 2 Técnicos da Direcção da pecuária participaram em 2 acções de formação no domínio de compatibilidade e gestão financeira e inseminação artificial em Marrocos e Bélgica respectivamente.
			2- Integra da atividade pecuária na diversificação da produção agrícola	Ausência de estratégia
			3- Apoiar tecnicamente criadores, no que concerne a aquisição, produção e comercialização de todos os produtos pecuário e insumos zootécnicos e veterinários	Inexistente? Insignificante
			4- Promover e vulgarizar as técnicas de criação de animais, através de microcréditos especiais	Em 2012 o sector deu início a distribuição de créditos aos criadores na modalidade de crédito de pintos e em 2013 . 337 Agricultores beneficiaram de

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
				3.375 pintos e 15 criadores receberam 96 coelhos.
			5- Incentivar o desenvolvimento da produção de matéria-prima para o fabrico de ração no país	Formulação e produção dos alimentos com base nos produtos locais. Através de uma assistência técnica do projecto elaborou uma proposta de rações alimentares que será validado através de ensaios de alimentação a fim de desenvolver alimentos para aves feita a partir de matérias-primas disponíveis localmente (milho, mandioca, inhame, fruta-pão)
			6- Estimular a pecuária familiar de forma que o sector contribua para a fixação das populações no meio rural e para a redução da pobreza	Ausência de acções específicas e dirigidas as famílias
			7- Manter o controlo sanitário e vigilância epidemiológica nacional	Através do PAD II forneceu vacinas e medicamentos veterinários (como vacina triple T4 contra a gripe aviária); Campanha de vacinação contra a doença de Newcastle, de dispatização contra as helmintíases, as parasitoses, as enterotoxina parasitoses; Análise de parasitologia, serologia, microbiologia e autópsia.
	8.1.2. Aumento e melhoria da qualidade de produção animal		8- Instituir um centro pesquisa para o desenvolvimento pecuário	Construção de um centro de inseminação artificial localizado no centro de demonstração de Nova Olinda e aquisição de produtos de inseminação para o referido centro
			9- Regulamentar a prática da atividade pecuária a nível nacional	Inexistente de acções específicas

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			10- Desenvolver as estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal	Inexistente
			11. Promover uma política de microcrédito para o sector pecuário	Inexistente
	8.1.3. Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado	1. Aumentar e melhorar a qualidade de produção do sub-sector pesqueiro em São Tomé e Príncipe, através da difusão de equipamento e técnicas mais adequadas ao desenvolvimento das pescas, de modo a tirar partido de uma vasta área de água territoriais não exploradas, e assim contribuir para o crescimento económico do país e melhorar as condições de vida e a segurança alimentar das 18 mil famílias que vivem da pesca. Também a contribuir para a preservação e uso racional dos recursos marinhos	1- Tomar iniciativas de renegociação dos acordos sobre a Pesca Industrial com a União Europeia (EU) e Japão de modo a obter mais vantagens	Demarche já efectuado
			2- Reforçar as capacidades técnicas e laboratoriais para a análise do pescado	Em curso
			3- Atualizar a Lei Sanitária para o levantamento de embargo sanitário do produto de pesca ao mercado europeu	Em curso
			4- Reorganizar as Associações dos pescadores e palaiês e incentivar a criação de Cooperativas	Em curso mais com pouca eficácia
			5- Fomentar o aumento da produção de pescado, através da promoção da pesca artesanal e semi-industrial, da melhoria das artes de pesca actualmente utilizadas e introdução de novas tecnologias e divulgação de novos modelos de dispositivos de concentração de peçado	Inexistência de acções concertadas e dirigidas
			6- Reforçar a capacidade institucional do sector pesqueiro da Direção das Pescas	Em curso. Carece de uma melhor

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
		clandestina		
			4. Reforçar a capacidade das instituições ambientais	Acções em curso
			5- Implementar as ações de conformidade com as convenções internacionais, para a proteção da flora, fauna, recursos hídricos, biodiversidade, solos e ecossistemas inerentes	Em curso. Diferentes operações estão a ser efectuadas no quadro da cooperação internacional
			6. Implementar o plano de gestão dos parques naturais Ôbo de S.Tomé e Príncipe	Fraco nível de apropriação do plano, bem como na operacionalização
			7.Construir aterros sanitários	Existência de Estudos
	8.1.5. Garantia de Segurança alimentar	1. Aumentar o volume de produção agrícola através da melhoria da produtividade e da diversificação animal da produção melhorar o estado nutricional e alimentar das populações conservação, de transformação e de distribuição	1- Definir políticas agrícolas que permitam a articulação da agricultura de base familiar como prioridade para a garantia de segurança alimentar	Existência de políticas e profissionais que garante a segurança alimentar
			2- Apoiar atividades de transformação e conservação de alimentos e consumo de alimentos ricos em proteínas e outros nutrientes	Existência de algumas iniciativas avulsas
			3- Apoiar à organização regular de Educação Nutricional a nível comunitário	Insuficiência de profissionais de IEC sobre o assunto
		1. As oportunidades dos mercados disponíveis conhecidas e exploradas	1- Valorizar a livre iniciativa como factor determinante do processo de desenvolvimento económico e social e de criação de um	Ausência de mecanismos ao apoio de livre iniciativa

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.2.1. Promoção do sector Privado com opção viável para o desenvolvimento da economia nacional		ambiente propiciador de iniciativas privadas	
			2- Promover incentivo favoráveis à criação e ao crescimento do micro, pequenas e médias empresas através da desburocrazação, simplificação dos procedimentos e estabelecimento de formas flexíveis de acesso ao financiamento	Ausência de incentivo
			3- Estimular a criação e a implantação de empresas nos diversos distritos de país, zonas rurais e desfavorecidas pela sua localização, como forma criar oportunidades de rendimento para os habitantes destas zonas	Ausência de instrumento de políticas para ocupação do solo e de transformação do território para a
			4- Rever o quadro institucional e legal de apoio ao sector	Em curso, mas lento
			5- Elaborar um quadro de benefícios fiscais atrativos	Em curso
			6- Rever o quadro institucional de apoio ao comércio e ao investimento	Processo em curso
			7- Rever o código de trabalho para a flexibilização do mercado de trabalho	Revisão em curso
			8- Criar uma Agência de promoção de exportações e investimentos	Agência criada
			9- Criar um sistema eletrónico de atribuição/aquisição de vistos de entrada no país	Sistema criado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
2. Travar o êxodo rural e melhorar as condições socioeconómicas das populações do mundo rural	8.2.2. Valorização do turismo e actividade conexas	1. Introdução do destino São-tomense nas grandes redes comerciais do turismo internacional	1- Criar legislação adequada para a promoção do desenvolvimento turístico no País	Não realizada
		2. Melhorar os produtos turísticos	2- Incentivar investimento turístico no meio rural	Não realizada
		3. Aumentar para mais de 15.000 números de turistas anuais no país, mediante a estruturação e diversificação	3- Promover a formação na área do Turismo (criação de Hotel Escola)	Não realizada.
			4- Criar melhores condições materiais e humanas para o sector do Turismo	Não disponível
			5- Valorizar o património arquitetónico natural e sociocultural, numa perspectiva de desenvolvimento do turismo	Não realizada
			6- Elaborar leis que regulem as atividades turísticas hoteleiras e similares	Não realizada
			7- Implementar serviços de estatística de turismo e da conta satélite do turismo	Não realizada
		1. Melhorar as actividades comerciais e a inserção da economia	1- Criar uma Comissão Nacional de Negociação Comercial	A Comissão nacional de Negociações Comerciais foi criada pelo decreto nº27/2012, de 3 de setembro de 2012

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.2.3. Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral	na sub-região e no mundo	2- Consolidar o processo de negociação com as organizações regionais no momento da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias intra-africana, salvaguardando sempre a protecção das indústrias nascentes	STP é membro efectivo da CEEAC, STP é membro observador da CEMAC, STP está negociando os acordos de parceria económica com a união europeia
		2. Melhorar os aspectos de gestão do comércio exterior	3- Continuar o processo de adequação e de modernização da legislação comercial	Com o financiamento da União Europeia as seguintes legislações foram criadas/modernizadas: código comercial, código das sociedades comerciais, lei do comércio eletrónico e a assinatura digital, lei de preço, lei sobre a parceria público privado, lei sobre a propriedade intelectual, código de sanidade vegetal, lei sobre a atividade comercial
			4- Promover parcerias internacionais no sector do comércio e apostar na adesão aos instrumentos regionais e internacionais de facilitação do comércio	Esta atividade depende do processo de acessão de STP a OMC e a uma possível assinatura dos acordos de parcerias económicas com a união europeia
			5. Conceber e implementar acções tendentes a inserção de STP na OMC	O processo de acessão está bloqueado, devido a não pagamento das quotas
3- Desenvolver a infraestruturas de base de apoio ao desenvolvimento	8.2.4. Desenvolvimento industrial Petrolífera	#####	1- Assegurar os interesses nacionais na ZDC	Em curso
			2- Estabelecer estratégias de desenvolvimento das atividades de pesquisa e produção de petróleo na ZEE e na ZDC	Início de negociação com as empresas petrolíferas , Assinatura de contratos de partilha de produção (CPP).

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
económico			3- Consolidar e fortalecer a ANP-STP enquanto órgão regulador do sector petrolífero	seminários de formação para capacitação para os técnicos da ANP-STP resultantes de cooperação
			4- Reavaliar o potencial geológico da ZEE	Projecção e realização de estudos sísmicos
	8.2.5. Programa Nacional de Apoio a Micro-Finanças	1. Favorecer o acesso das famílias pobres ou de baixo rendimento, micro e pequenos empreendedores aos serviços micro financeiros de forma sustentável, com a criação de instituições viáveis e integradas no mercado financeiro nacional	1- Apoiar as intervenções orientadas para a criação de instituições financeiras perenes, a fim de assegurar de forma durável o acesso das populações aos serviços financeiros	Inexistente
			2- Assegurar a coerência das intervenções de micro finanças, identificando as complementaridades e as articulações possíveis	Inexistente
			3- Facilitar a adopção e aplicação de princípios de um código de deontologia sobre as boas práticas micro financeiras	Inexistente
			4- Elaborar e implementar um quadro legal e regulamentar adaptado	Inexistente
			5- Facilitar a implementação de uma política nacional de micro finanças	Ausência de iniciativas
			6- Criar um fundo de apoio a micro finanças	Inexistente
			7- Criar um quadro institucional para a implementação de micro finanças	Inexistente
8. Criar mecanismo para a implementação de um programa nacional de micro-finanças			Inexistente	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			9- Criar um gabinete de micro-finanças	Inexistente
	8.3.1. Infraestrutura de transporte rodoviário	1. Melhorar as condições operacionais de estradas, contribuindo para a redução de custos de transporte e promovendo a economia local	1- Reorganizar a rede de transportes públicos	Uma negociação para o efeito teve início, mas foi abortada com a perda de TIEL
			2- Fazer a manutenção e conservar a rede rodoviária	Está em curso mas comprometido devido a finalização do apoio da União Europeia que termina em dezembro de 2014. Caberá o governo financiar toda a manutenção e construção da rede rodoviária que tem um custo anual de aproximadamente um milhão e duzentos mil euros.
			3- Melhorar as actividades do GIME	Está em curso. Entretanto, se o governo não financiar as suas actividades o seu funcionamento estará comprometido.
			4. Elaborar e implementar o plano de mobilidade rodoviária	Foi elaborado mas ainda não foi implementado.
4- Melhorar o ambiente de negócios para atrair o investimento privado	8.3.2. Infraestruturas de transporte marítimo	#####	1- Reforçar a capacidade técnica e operacional do Porto de Ana Chaves em S.Tomé	Processo do reforço tem sido moroso. Atualmente encontra-se paralisado
			2- Construir um novo porto na Região Autónoma de Príncipe	Existência de um estudo

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			3- Elaborar um estudo para o desenvolvimento da cabotagem costeira	Existência de um estudo
			4- Construir um porto de água profunda	Negociação em curso
		1. Tornar o aeroporto de São Tomé e Príncipe mais eficiente e adequar as infraestruturas as exigências de desenvolvimento nacional e regional	1- Melhorar as infraestruturas de acolhimento e manobra de aeronaves de maior porte com segurança	Negociação em curso no quadro da modernização do aeroporto
			2- Estender as pistas e alargar as placas de estacionamento (taxyway)	
			3- Alargar o terminal dos passageiros às exigências do desenvolvimento do país	Efectuado
			4- Melhorar os serviços de combate ao incêndio, assim como de comunicação e de apoio a navegação	Existência do comprometimento político, mas o processo de aparelhamento é lento
		2. Melhorar a qualidade dos serviços aos utentes	5- Aperfeiçoar a gestão do processo de recertificação das capacidades aéreas	Em curso
			6- Dotar o Instituto de Aviação Civil (INAC) de legislações modernas e adequados	Em curso
			7- Dotar os aeroportos de equipamento de segurança e de meios informáticos adequados	Em curso mas lento

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.3.3. Modernização e Expansão Aeroportuária		8- Atrair outras companhias aéreas a prestar o serviços no País	Existência de navegações
			9- Melhorar a qualidade dos serviços aos utentes	Qualidade dos serviços estão a ser melhorada, no quadro da modernização
			10- Construir uma nova pista de pelo menos 1 800 metros de extensão no Príncipes e adequar as infraestruturas aeroportuárias às exigências de desenvolvimento regional e nacional	Em execução. Repara-se do aeroporto de S.Tomé a condição em 2015
		1. Assegurar 80% de cobertura nacional de fornecimento de electricidade	1- Aumentar a capacidade instalada e de produção de energia elétrica	Em negociações
			2- Melhorar a rede de transporte e distribuição de electricidade	Em curso
			3- Melhorar e expandir os serviços de energia junto às populações	Melhorias de serviços estão a ser acometidas
	8.4.1. Provisão de energia fiável e de baixo custo	2. Aumentar o acesso em quantidade e qualidade da energia da rede nacional, de forma a dar resposta a solicitação dos consumidores	4- Reforçar as capacidades de gestão da EMAE, dando prioridades aos serviços de manutenção técnica, e aumentar a autonomia de gestão da empresa	Autonomia da gestão da EMAE totalmente assegurado
			5- Reabilitar e criar condições de segurança da rede	Em curso, embora o desafio seja grande
			6- Organizar e regulamentar o mercado energético	Existe proposta de lei de base do sistema electrico
			7- Implementar projectos de geração de	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			energia elétrica com recursos a energias renováveis (solar, hídrica e eólica)	
			8- Implicação do sector privado na produção de eletricidade	Existe iniciativa no domínio de produção, embora não exista quadro legal
	8.4.2. Promoção e desenvolvimento da rede Telecomunicações		1- Desenvolver os serviços universais, com particular incidência nos serviços telefónicos de base nas regiões rurais	Inexistente
			2- Definir um quadro legal e regulamentar sectorial que assegura a promoção dos investimentos no sector e clarifica os objectivos específicos do Estado e dos operadores das redes e serviços	Existência de um quadro legal para o sector
	8.4.3. Ordenamento do território e Urbanismo		1- Elaborar um Plano Nacional de Ordenamento do Território	TDR elaborado
			2- Criar um sistema de Informação Geográfica (SIG)	Inexistente
			3- Dar continuidade ao projeto ESPERG-IPAD- Formação e actualização da cartografia nacional	Ausência de uma estratégia
			4- Proceder os levantamentos topográficos em áreas de expansão e conceber e elaborar um plano integrado para relacionar atividades de uso e ocupação de solo, como área de serviço, de residência, lazer, parques nacional, escolas, hospitais, shopping, etc.	Termos de referência e documentos conexos estão a ser preparados para o efeito em 2014

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			5- Atualizar as Planta Topográficas das Cidades para implantação de infraestruturas sociais de apoio autárquicas	Inexistente
			6- Elaborar as Leis de base do Ordenamento de território, do cadastro e da cartografia	Inexistente
			7- Elaborar planos urbanísticos em articulação com o Governo Regional e com as Câmaras Distritais	Inexistente
			8- Promover a capacitação técnico-profissional dos quadros dos serviços geográficos e cadastrais e das autarquias locais	Ausência de um plano de capacitação integrado
	8.4.4. Construção de habitação a custo controlado		1. Dotar o IHI (Instituto de Habitação Imobiliária) de meios humanos devidamente qualificados e financeiros para tornar mais operacionais os seus serviços	Não disponível
			2. Criar um comité "ad hoc" multisectorial, integrando membros do IHI, Finanças, Autarquias locais e cooperação no sentido de ser mais atuante junto dos parceiros de cooperação com vista a obtenção de meios matérias e financeiros	Inexistente
			3. Criar brigadas de autoconstrução ou cooperativas de construção em todos os Distritos do País com vista a redução de custo tendo em conta o cariz social que lhes caracterizam envolvendo à comunidade ou a	Inexistente

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
4. Garantir a sustentabilidade ambiental			família, construindo à sua própria casa	
			4. Atualizar todo o processo de registo matricial dos imóveis do Estado e adoptar medidas coercivas de cobrança ou a banca	Inexistente
			5. Criar um fundo de fomento de habitação devidamente estruturado e vocacionado para a habitação social, com arrecadação de receitas através dos imóveis	Reflexão sobre o assunto em curso
			6. Incentivar e apoiar as empresas privadas ou de iniciativas particulares que queiram ou que apostam no mercado Imobiliário	Inexistência de iniciativas
			7. Criar novos bairros baseado em projectos integrados tais como casas socias, zonas de lazer, escolas, comércio postos de saúde etc.	Existência de iniciativas esporádicas
			8. Elaborar uma política nacional e um Plano Estratégico de Habitação e Imobiliária	Inexistente
			9. Estabelecer prioridade de investimento habitacional para grupos de mais baixa renda e em situação de maior carência (grandes agregados familiares e ter em conta as perspetivas de género e respeitar os princípios que tratem de forma adequada os deficientes de qualquer natureza	Inexistente
			10. Elaborar uma lei de base do fomento habitacional	Inexistente

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			1..A integração obrigatória da dimensão “Mudanças Climáticas”, nos diagnósticos sectoriais e nacional de forma a minimizar e repor os custos ambientais das políticas de desenvolvimento	Um quadro técnico de Direcção de Planificação Central está a ser preparado para que em conjunto se desenvolva esta actividade
			2. A criação de competências e conhecimentos relativos a importância das mudanças climáticas no processo de desenvolvimento sustentável do país	Varias actividade, capacitação, Workshops foram realizados. Esta deve ser uma actividade contínua
			3. Fazer o “Mainstreaming” das questões relativas as mudanças climáticas nos planos nacionais e sectoriais	Actividade em curso com um técnico de Planificação central. Necessário de torna engajar todos os sectores de actividade nacional
		8.5. Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do país	4. Realização de acções de advocacia junto aos decisores sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas	Actividade realizada mas que necessita de ser permanente pelo menos para os próximos dois anos devido a constante mudança do Governo
			5. Promoção de campanhas de sensibilização para a tomada de consciência da população sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas	Actividade realizada mas que deve ser permanente pois não se muda mentalidade em dois ou três anos
			6. Formação de técnicos sectoriais e a sociedade civil sobre os conceitos básicos relativos as mudanças climáticas, bem como dos seus efeitos nefastos	Diversas formações, seminários e workshops foram realizadas neste sentido deve se continuar
			7. Elaboração urgente de um Guia sobre a integração das questões de mudanças climáticas nos instrumentos de políticas de desenvolvimentos, bem como a sua aplicação	Ainda não foi elaborado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Políticas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
Assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar concluem o ensino básico até 2016	9.1.1. Educação Pré-Escolar	1. Tornar o acesso ao ensino pré-escolar (3-5 anos) obrigatório, universal e gratuito	1- Rever e actualizar o currículo para educação Pré-escolar	Está em curso com o apoio de UNICEF. Já se fez o diagnóstico inicial. Neste momento as equipas brasileiras e nacionais estão a elaborar o currículo para a pré-escolar
			2- Criar normativos para a Educação Pré-escolar	Está em curso com o apoio de UNICEF: A equipa da Universidade de Minho e a equipa nacional estão a recolher as informações para a definição dos normativos. Já tivemos duas missões das referidas equipas no país.
		2. Garantir que, pelo menos X% das crianças de 0-2 anos e Y% de 3-5 anos sejam acolhidas nos jardins ou creches, no horizonte 2016	3- Reabilitar e construir as instituições de Infância	Em curso: em andamento e avaliação creche em Fernão Dias, Jardim de Infância em Ribeira Peixe e Bobô Forro. Todos estão em curso e as obras não foram concluídas.
			4- Regulamentar as actividades de todo o pessoal docente e não docente	Não foi realizado
		3. Dispensar um pré-escolar de qualidade para todas as crianças Santomenses, incluindo aquelas com NEE	5-Realizar acções de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores da Educação Pré-Escolar	Foram realizadas formações de curta duração aos docentes de pré-escolar e neste momento está no Brasil uma equipa constituída por 21 técnicos da Pré-escolar na formação.

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.1.2. Ensino Básico	1. Consolidar os importantes ganhos obtidos e garantir o pleno desenvolvimento do Ensino Básico de boa qualidade, gratuito e universal de 6 anos, para todos os Santomenses	1- Reforçar as capacidades do sistema de forma à generalizar o acesso à escola e a escolarização básica completa de seis anos	Concluída a reabilitação das escolas básicas de: Santa Catarina, Magodinho, Escola Básica de Neves e Escola Básica José leal Bouças. 2 Salas de aula em Angra Toldo. Por concluir: Está no processo de avaliação e a obra está em andamento a escola de Diogo simão, hospital Diogo Vaz nas escola de básica, construção da escola básica de raiz em 1º de junho, construção de 9 salas de aula, reabilitação da escola básica de folha fede e construção da escola básica em Trindade.
		2. Garantir a igualdade de oportunidade e de sucesso escolar dos alunos, segundo o seu meio de residência, nível de vida das famílias e o sexo (válido para todos os ciclos)	2- Reforçar as cantinas escolares e sua generalização nos ensinos básicos	Está em curso: neste momento está a decorrer a obra. Construção de 2 cantinas em Esprainha e Vila Fernanda
		3. Consolidar a reforma curricular e pedagógica que proporcione entre, outros, um alto coeficiente de eficiência educativa, um custo unitário de formação optimal e uma carga horária de pelo menos 25 horas semanais	3- Implementar com eficácia o plano de carreira profissional	Foi implementado, mas está em curso o enquadramento do pessoal docente
		4. Atingir o rácio de 30 alunos/sala	4- Alargar a oferta escolar	Concluída a reabilitação das escolas básicas de: Santa Catarina, Magodinho, Escola Básica de Neves e Escola Básica José leal Bouças. 2 Salas de aula em Angra Toldo. Por concluir: Está no processo de avaliação e a obra está em andamento a escola de Diogo simão, hospital Diogo Vaz nas escolas de

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
				básica, construção da escola básica de raiz em 1º de junho, construção de 9 salas de aula, reabilitação da escola básica de folha fede e construção da escola básica em Trindade.
			5- Actualizar do quadro legislativo	Não se realizou
			6- Definir o regime de gestão das escolas	Não se realizou
			7- Formar Recursos Humanos	Todos os anos realiza-se formação de curta duração a todo pessoal docente do Ensino Básico.
	9.1.3. Ensino Secundário	1. Implementar até 2016 x% de estabelecimento de ensino secundário com ciclo completo	1- Implementar um plano de carreira profissional	Foi implementado, mas está em curso o enquadramento do pessoal docente
		2. Proceder à reforma curricular e pedagógica que proporcione entre	2- Alargar a oferta escolar	Em curso: Por concluir as escolas secundárias de raiz

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
2. Desenvolver uma educação de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento		outros, um alto coeficiente de eficiência educativa, um custo unitário de formação optimal e um lugar de destaque ao ensino profissionalizante		em Porto Alegre e Ribeira Afonso
		3. Garantir a produção e distribuição de manuais escolares e demais materiais didáticos e pedagógicos	3- Reforçar a capacidade institucional	Tem-se formado o pessoal docente e alguns técnicos do MECF nos cursos de mestrado, estágios intensivos
			4- Actualizar o quadro legislativo	Não foi realizado
			5- Definir o regime de gestão das escolas	Foi definido o modelo de gestão para às escolas secundárias
			6- Formar os Recursos Humanos	Não disponível
			7- Implementar a 12ª classe de forma generalizada no sistema público	Foi generalizado o 12º ano em todo o país
	9.1.4. Ensino Especial	1. Propiciar às crianças portadoras de necessidades especiais uma educação de qualidade, através da garantia de um corpo docente especializado em NEE e disponibilização de infraestruturas adaptadas	1. Actualizar o quadro legislativo	Está em curso. Foi criado o Decreto-lei de Língua Gestual de STP
			2. Rever e actualizar a Estratégia e currículo	Não foi realizado
			3. Alargar o acesso às capitais dos distritos	Não foi realizado

Anexo Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
			4. Formar os Recursos Humanos	Foi feita uma formação de um ano e meio aos docentes e técnicos em língua gestual
	9.1.5. Ensino Superior	1. Criar uma Universidade Pública que garanta uma oferta sustentada de um ensino superior de qualidade, diversificado, e que tenha em conta as reais necessidades do país, diminuindo drasticamente os custos de formação feita do exterior	1. Alargar a oferta formativa em diversos domínios de modo a atender a atual demanda	Foram alargadas no ensino superior: curso de Direito, Relações Internacionais etc.
		2. Implementar uma política de planificação estratégica de médio e longo- prazos da formação superior com vista a responder às necessidades de competências especializadas para o mercado de trabalho de São Tomé e Príncipe		
		3. Reforçar as capacidades institucionais da Direcção do Ensino Superior e formação		
		1. Criar e desenvolver uma entidade encarregue da promoção, gestão e coordenação de uma Formação Técnico-	1- Elaborar e aprovar o diploma que regulamento a formação profissional	Já foi aprovado e publicado o diploma

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
		Profissional de qualidade, ao nível nacional		
		2. Formar e capacitar recursos humanos, em convivência com o sector privado, capazes de responder às exigências e necessidades do mercado de trabalho Santomense	2- Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional	Foi reforçado as competências
			3- Criar um departamento de ensino técnico e profissional	Não foi realizado
			4- Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade	Foram inseridos alguns cursos profissionais
	9.1.6. Ensino técnico profissional		5- Inserir os jovens em estruturas de formação profissional e criar condições para a formação de micro-empresas de jovens rapazes e raparigas	Foram diversificadas as ofertas para outros distritos mas as condições não foram criadas para o micro - empresa
	9.1.7. Ensino recorrente/alfabetização	1. Reduzir em x%, no horizonte de 2016, o analfabetismo dos jovens e adultos com mais de 15 anos, disponibilizando mais centro de formação académica e profissional que administrem um ensino de qualidade, em articulação com actividades geradoras de rendimento	1- Erradicar o analfabetismo nos jovens com mais de 15 anos e adultos	O ensino de jovens e adultos continua com o programa de alfabetização em todos os distritos do país
		2. Reforçar as capacidades institucionais	2- Promover a educação de jovens e adultos	Continua a ser implementado no distrito de Lobata

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
		da DEJA, permitindo-lhe o cabal desempenho da sua missão	em articulação com as actividades geradores de rendimentos e inserir no mercado de emprego	as actividades geradoras de rendimento, onde participaram 25 mulheres.
3. Garantir até 2016 que 100% da população tenham acesso aos serviços básicos de saúde e de qualidade	9.2.1. Equidade no acesso e na utilidade de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário		1. Construir novos hospitais a fim de reduzir o tempo de deslocação dos doentes/utentes aos hospitais	Não foi construído nenhum hospital mas a ampliação do Centro de Lobata está em curso. Igualmente construiu-se um posto comunitário na Pinheira Praia, Cantagalo nos finais do ano 2013
			2- Formar e recrutar pessoal médico	Formou-se 4 médicos, um encontra-se destacado em Cantagalo, 1 em Mé-zochi e 2 no HAM. 1 Médico de ginecologia foi recrutado e presta serviço no HAM e Centros de Saúde
			3- Melhorar e restaurar os hospitais e centros de saúde existentes	Restaurou-se Banco de Urgências do HAM;
			4- Melhorar os serviços de maternidade existentes no país	Existência de algumas opiniões no sentido de melhorar os serviços de maternidade existente no país
			5- Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento do sector privado da saúde	Houve um relativo aumento de pessoal médico. E com a entrada em funcionamento do renovado e modernizado Banco de Urgências, houve uma melhoria e rapidez no atendimento.
			6- Desenvolver serviços de especialidade nos	Um dos maiores constrangimentos na situação

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
			centros hospitalares	sanitária santomense prende-se com serviços especializados de saúde, por falta de médicos de especialidade. A solução vem sendo ultrapassada com recorrência aos médicos estrangeiros, nomeadamente portugueses por cooperação via Projecto Saúde para Todos e Taiwanese e Cubanos por meio da cooperação bilateral. A nível de equipamentos sanitários adquiriu-se duas ambulâncias bem apetrechadas, uma centrifugadora, uma mamografia digital e duas autoclaves.
			7- Regulamentar, incentivar e fiscalizar o desenvolvimento do sector privado da saúde	A actividade privada de saúde tem sido acompanhada pela Direcção de Cuidados de Saúde em nome do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais. Nos últimos dois anos não houve grandes avanços nesta área.
		1. Reforçar e melhorar o sistema de abastecimento de água às populações urbanas e rurais	1- Promover a utilização racional dos serviços dos recursos hídricos	Existência de uma estratégia GIRH. Necessidade de uma POA
		2. Aumentar a taxa de acesso a água potável a população, atingindo a taxa de acesso de 100% em 2016	2- Reabilitação das redes de abastecimento, transportes e distribuição de água	Em curso, embora os recursos financeiros sejam escasso para as despesas existentes
		3. Adopção de uma estratégia de coordenação e programação no sector de água e saneamento	3- Construir barragem e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água	Existência de algumas iniciativas

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.2.2. Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água	4. Promover a utilização racional dos serviços dos recursos hídricos	4- Consolidar os estudos das bacias hidrográficas bem como das potencialidades de São Tomé e Príncipe	Em curso: Bacia hidrográficas no rio Provaz
		5. Reabilitar as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água	5- Reabilitar o sistema de adução de água	Não disponível
		6. Renovar e expandir o sistema de abastecimento de água de maneira a fazer face a crescente procurada	6- Renovar e expandir o sistema de abastecimento de água de maneira a fazer face à crescente procura	Não disponível
		7. Melhorar o aparelho institucional, humana e técnica do sector	7- Melhorar o aparelho institucional do sector	Não disponível
			8- Aprovar um código de água	Inexistente
	9.2.3. Melhoria de acesso ao saneamento básico		1- Inventariar devidamente todas as áreas pantanosas de STP de modo a permitir a definição de uma política coerente sobre as mesma	Sector não dispõe de informações
			2- Reabilitar as antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes	Sector não dispõe de informações
			3- Promover uma ampla campanha a favor de hábitos e estilos de vida saudáveis	Sector não dispõe de informações
			4- Construir latrinas melhoradas	Sector não dispõe de informações
			5- Promover políticas de construção de	Não disponível

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/2013
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
			moradias com casa de banho em meios urbanos	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/ 2013
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
1. Promover a identidade Santomense e valorizar o património cultural nacional		15. Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dados ao seu avanço estado de degradação	1. Definir e inventariar o património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras distritais e com a Região Autónoma do Príncipe	Não realizado
			2. Intervir urgente nos arquivos de S. Tomé e do Príncipe, no sentido de se conservar e preservar os fundos existentes, incluindo a incorporação obrigatória de documento relevante (de carácter histórico) no Arquivo Histórico de S.T.P	Não realizado
			3. Registar a história geral de S.T.P	Não realizado
			4. Valorizar a memória histórica, através de eracção de estátuas e monumentos de figuras exemplares e marcantes da história e da cultura de S.T.P.	Não efetuado
			5. Definir políticas de apoio e promoção dos géneros musicais que identificam S.T.P.	Inexistente
			6. Promover manifestações culturais em vias de extinção (quiná e outras)	Não realizado
			7. Promover uma melhor inter-ligação entre a	Não disponível

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/ 2013
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
			medicina tradicional e científica de modo a aproveitar as potencialidades da nossa flora para o desenvolvimento	
			8. Resgatar os valores ético-morais através do reforço da identidade cultural nacional	Existente
			9. Melhorar a articulação entre o sector da cultura, os mecenas e os produtores da cultura	Não disponível
			10. Criar redes de grupos culturais, homens e mulheres de culturas	Existência de uma rede, mas próximo
			11. Promover a criatividade e dinamizar a cultura santomense	Ausência de promover a criatividade e dinamizar a cultura santomense
			12. Promover a investigação, em diferentes domínios da cultura, com vista a melhor conhecer a nossa realidade social, cultural e histórica	Ausência de Investigação, em diferente domínios da cultura, com vista a melhor conhecer a nossa realidade social, cultural e histórica
			13. Preservar sítios e construir monumentos e marcos históricos	Ausência de intervenções
	10.1.1. Valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP			

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/ 2013
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
			14. Reforçar a capacidade institucional da Direcção da Cultura	Em Curso
			15. Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dados ao seu avanço estado de degradação	Não realizado
2. Garantir igualdade e equidade de género	10.1.2. Promoção da igualdade e equidade de género	1. Eliminar as desigualdades estruturais entre homens e mulheres	1. Melhorar o acesso das mulheres aos postos de decisão	Foram realizadas Sessões de advocacia e campanhas de sensibilização
			2. Criar condições para que haja maior acesso das raparigas aos diferentes níveis de ensino	Foi elaborada e adotada Estratégia de Educação baseada em género
		2. Melhorar o acesso das mulheres aos postos de decisão	3. Habituar as crianças (raparigas e rapazes) a participarem igualmente em todas tarefas (domésticas, escolares, etc.)	Existência de algumas actividades no sistema
			4. Promover acções que permitam a eliminação de todas as formas de violência	Foi elaborada a Estratégia nacional de luta contra a violência baseada em género

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/ 2013
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
3. Promover a iniciativa de protecção eficaz aos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidos através de política de apoio e de inserção social	10.1.3. Promoção da juventude e do desporto	1. Elaborar e implementar o Plano Nacional da Juventude	1. Reforçar o quadro legal e regulamentar do Instituto da Juventude	Não realizado
			2. Elaborar e implementar o Plano Nacional da Juventude	Não realizado
	10.2.1. Desenvolvimento do sistema de protecção social	1. Melhorar a empregabilidade dos pobres e de grupos sociais em situação de risco de pobreza e vulnerabilidade social	1. Desenvolver uma Estratégia Nacional de Protecção Social que une todos os programas num quadro conceitual e servirá como guia para o desenvolvimento de um sistema de protecção	Realizado. Foi elaborada o documento de política e estratégia de projecção social para o período 2013-20123 e o respectivo orçamento para sua implementação
2. Aumentar o acesso das populações pobres, vulneráveis e em situação de risco de pobreza aos serviços social de base			2. Orçar um plano operacional baseado na estratégia, incluindo as fontes de financiamento seguros e identificação clara dos parceiros de cooperação	Não realizado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programas	Medidas de Politicas	Ponto de situação em 31/12/ 2013
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
		3. Desenvolver uma Estratégia Nacional de Protecção Social que une todos os programas num quadro conceitual e servirá com guia para o desenvolvimento de um sistema de protecção social eficiente e eficaz	3. Elaborar um plano de advocacia para conquistar o espaço fiscal para o financiamento do Plano Operacional	Não realizado
		4. Melhorar a capacidade institucional de intervenção no domínio da protecção social	4. Elaborar um plano de desenvolvimento do pessoal do serviço público na área de social	Não realizado

